



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
LINHA DE PESQUISA: RELIGIOSIDADE POPULAR

ERONIDES RODRIGUES DE FREITAS SILVA

**ENSINO RELIGIOSO: UM ESTUDO SOBRE AS
ESCOLAS ESTADUAIS DE SALGADO DE SÃO FÉLIX-PB**

**JOÃO PESSOA
2012**

ERONIDES RODRIGUES DE FREITAS SILVA

**ENSINO RELIGIOSO: UM OLHAR SOBRE AS
ESCOLAS ESTADUAIS DE SALGADO DE SÃO FÉLIX-PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGCR/CE/UFPB, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências das Religiões.

Orientador: Prof. Dr. Lusival Antonio Barcellos

JOÃO PESSOA
2012

S586e Silva, Eronides Rodrigues de Freitas.

Ensino Religioso: um olhar sobre as escolas estaduais de Salgado de São Félix-PB / Eronides Rodrigues de Freitas Silva. João Pessoa, 2012.

75f.

Orientador: Prof. Dr. Lusival Antonio Barcellos

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE

1. Ciências das Religiões. 2. Ensino religioso – escolas estaduais. 3. Formação – educadores. 4. Conhecimento.

UFPB/BC

CDU: 279.224(043)

ERONIDES RODRIGUES DE FREITAS SILVA

**ENSINO RELIGIOSO: UM OLHAR SOBRE AS
ESCOLAS ESTADUAIS DE SALGADO DE SÃO FÉLIX-PB**

Aprovada em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lusival Antonio Barcellos
Orientador - PPGCR/UFPB

Prof. Dr. José Mateus do Nascimento
Examinador interno - PPGCR/UFPB

Profa. Dra. Marlúcia Menezes de Paiva
Examinadora externa - PPGCS/UFRN

Ao meu esposo Roberto, que há trinta e dois anos comunga a vida comigo de uma forma simbiótica em todas as cores, com todos os sonhos e realidades.
Aos meus filhos, Roberta Emília, Renata Eneida, Paulo Roberto e Rafaela Élida, por fazerem de meu viver uma celeiro de lições e aprendizado.
Aos meus netos, Roberto Emanuel, Arthur Gabriel e Ana Gabrielly, por me fazerem ver a vida por um prisma cheio de belas cores, cheiros e afetos.
Aos meus pais - *in memoriam* - Nativo Rodrigues e Maria do Carmo, por todo o amor a mim dedicado, pois o que eu sou é porque o calor deste amor nunca faltou em minha vida.
Aos meus genros, Lívson e Talles, que hoje somam na nossa vida acolhimento e aceitação nesse exercício chamado viver.
Aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos, pelo carinho cultivado e pela amizade em cada gesto e atitudes.
À minha sogra, dona M^a da Penha e a Tia Nevinha, troncos que muitas vezes sustentam as minhas flores para que produzam doces frutos de bondade e abnegação.
Enfim, a todos que me encorajaram nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai bondoso e misericordioso que me acolhe de braços abertos, sempre.

Aos meus familiares, pela compreensão, ajuda e dedicação.

Ao meu filho Paulo Roberto, amigo, paciente e prestativo, neste e em outros empreendimentos acadêmicos.

Aos meus professores e colegas do mestrado, de modo especial aos que frisaram com atos e palavras que o amor, o respeito e a solidariedade são as molas mestras da vida.

Aos diretores da Escola Estadual Ana Ribeiro, aos professores e alunos das escolas da 12ª Regional de Ensino, pela colaboração na pesquisa.

A Azimar Fernandes, pelo incentivo na busca de fazer do Ensino Religioso uma disciplina indispensável.

Ao meu orientador, Dr. Lusival Antonio Barcelos, pelo carinho, confiança e estímulo.

Enfim, a todos os anjos que acamparam ao meu redor e me ajudaram a fazer deste sonho uma realidade, não cito nomes, só a imensidão do coração de cada um deles.

Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito [...]. Não somos o que deveríamos ser, mas somos o que iremos ser. Mas graças a Deus não somos o que éramos.

Martin Luther king

RESUMO

Esta pesquisa apresenta o Ensino Religioso nas seis Escolas Estaduais de Salgado de São Félix, no interior da Paraíba, envolvendo 06 professores e os alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Trata-se de uma proposta que nasceu porque muitos profissionais ministram suas aulas conforme suas inclinações religiosas e não têm nem formação e nem capacitação sobre esse tema. Por outro lado, cada vez mais, cresce o interesse dos estudiosos em aprofundar essa área de conhecimento por ser essencial na educação básica. O nosso objetivo foi investigar as formas como os professores ministram as aulas, seguindo ou não os princípios presentes no artigo 33 da LBD, que propõe uma educação sem proselitismo. Para embasar a nossa pesquisa dialogamos com autores renomados como Junqueira (2002), Croatto (2001), Oliveira (2008), Kuhn (2005), dentre outros. Optamos por realizar uma pesquisa qualitativa, uma vez que a dimensão religiosa abre possibilidades de perceber os sentimentos, os silêncios, as emoções, os gestos, enfim um leque da subjetividade presente nas pessoas com as quais tivemos oportunidade de interagir. Fizemos a escolha por uma metodologia participante por sermos uma das professoras que atuam nas escolas investigadas. Adotamos como instrumentos de pesquisa a observação participante, o diário de campo, o questionário e a entrevista semiestruturada. A pesquisa aponta para a necessidade de melhoria no Ensino Religioso a nível pessoal e social e de investir na formação de profissionais que ministrem uma educação cidadã, aportada nas leis e nos princípios vitais para a humanidade.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Escolas. Formação. Educandos. Educadores.

ABSTRACT

This research presents the Religious Teaching in the six State Schools of Salgado of São Félix, inside Paraíba, involving 06 teachers and the students of the 6^a to the 9^a year of the Fundamental Teaching. It is a proposal that was born because many professionals supply your classes according to your religious inclinations and they don't have nor formation and nor training on that theme. On the other hand, more and more, it increases the specialists' interest in deepening that knowledge area for being essential in the basic education. Our objective was to investigate the forms as the teachers they supply the classes, proceeding or not the present beginnings in the article 33 of LBD, that proposes an education without proselytism. To base our research we dialogued with renowned authors like Junqueira (2002), Croatto (2001), Oliveira (2008), Kuhn (2005), among others. We opted to accomplish a qualitative research, once the religious dimension opens possibilities to notice the feelings, the silences, the emotions, the gestures, finally a fan of the present subjectivity in the people with which we had opportunity to interact. We made the choice for a participant methodology for we be one of the teachers that act at the investigated schools. We adopted as research instruments the participant observation, the field diary, the questionnaire and the interview semiestruturada. The research appears for the improvement need in the Religious Teaching at personal and social level and of investing in the professionals' formation that you/they supply an education citizen, contributed in the laws and in the vital beginnings for the humanity.

Keywords: Religious Education. Schools. Knowledge. Formation. Educating. Educators.

LISTA DE SIGLAS

AEC – Associação de Educação Cristã

Cebi – Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos

Ceer – Coordenação Estadual de Ensino Religioso

Conic – Conselho Nacional das Igrejas Cristãs

Coer – Comissão de Ensino Religioso

Ener – Encontro Nacional de Ensino Religioso

ER – Ensino Religioso

Fonaper – Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDBENER – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do Ensino Religioso

PCNER – Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso

PPGCR – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões.

SEC/PB – Secretaria de Educação do Estado da Paraíba

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE FOTOS

Foto 01	Escola Estadual da cidade	60
Foto 02	Alunos e professor da Escola Estadual da cidade	60
Foto 03	Escola Estadual do meio rural	61
Foto 04	Alunos da Escola Estadual do meio rural	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Perfil dos entrevistados	63
Quadro 02	Como devem ser as aulas de Ensino Religioso?	65
Quadro 03	Como você dá aula de Ensino Religioso?	65
Quadro 04	Que critérios você usa para escolha dos temas?	66
Quadro 05	Dificuldades dos professores no Ensino Religioso	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 O DESPERTAR DA PESQUISA	14
1.2 CONHECENDO OUTRAS REALIDADES	15
2 O ENSINO RELIGIOSO	18
2.1 HISTÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL	18
2.2 ENTRE A PRÁTICA E A REALIDADE DO ENSINO: CRIANDO APROXIMAÇÕES	23
2.3 O ENSINO RELIGIOSO NO ÂMBITO EDUCACIONAL	33
3 O ENSINO RELIGIOSO NA PARAÍBA	38
3.1 TESSITURAS SOBRE O ENSINO RELIGIOSO NA PARAÍBA	39
3.2 DESAFIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA DISCIPLINA	42
3.3 O CONSELHO ESTADUAL DE ENSINO RELIGIOSO	46
3.4 AÇÕES SIGNIFICATIVAS DO ENSINO RELIGIOSO NO ESTADO DA PARAÍBA	47
3.5 FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO RELIGIOSO	49
4 UM OLHAR SOBRE O ENSINO RELIGIOSO EM SALGADO DE SÃO FÉLIX	54
4.1 VISÃO GERAL DE SALGADO DE SÃO FÉLIX	54
4.2 O ENSINO RELIGIOSO EM SALGADO DE SÃO FÉLIX	57
4.3 AS REALIDADES DOS INDIVÍDUOS PESQUISADOS	58
4.3.1 As escolas, os alunos e os professores	58
4.3.2 Resultados da pesquisa	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

O Ensino Religioso (ER) escolar no Brasil e na Paraíba tem uma história que vai desde a predominância de uma confissão religiosa sobre as outras, até a articulação do respeito à diversidade religiosa. O professor de ensino religioso é, na escola, um mediador da espiritualidade e da busca pela ética e pela paz. Daí, a importância do professor de ensino religioso, bem formado e informado, que possa fazer a conexão entre o elemento religioso presente na realidade social e a realidade pedagógica própria da escola, contribuindo para a formação integral do aluno no exercício de sua cidadania.

O Ensino Religioso na atualidade brasileira necessita de educadores e educadoras, comprometidos com a causa, que possuam conhecimento, sensibilidade e discernimento e sejam capazes de mediar relações dialógicas com os discentes, de forma crítica, criativa e prazerosa, estimulando a reflexão e a investigação do fenômeno religioso, por meio de reflexões e ações contextualizadas.

A implantação do Ensino Religioso no currículo escolar, como disciplina e área de conhecimento, aponta para a recuperação dessa dimensão espiritual, abarrotando o vazio que foi deixado por uma educação com hegemonia praticamente exclusiva no racional, no desenvolvimento científico do educando, deixando de lado as razões e os desígnios da existência.

Com o objetivo de lançar um olhar entre a prática e a realidade do Ensino Religioso, esta pesquisa tem como objetivo investigar as formas como os professores ministram as aulas, e se seguem ou não os princípios presentes no artigo 33 da LBD, que propõe uma educação sem proselitismo.

O Ensino Religioso além de área de conhecimento abre um leque de possibilidades para educandos e educadores exercitarem uma convivência que leve à aceitação de que cada indivíduo tem uma maneira de reverenciar a diversidade religiosa.

No entanto, em decorrência desse leque de possibilidades que o estudo em si nos traz, fizemos a opção de realizar uma pesquisa em seis escolas estaduais da cidade de Salgado de São Félix-PB, observando e conhecendo como o Ensino Religioso vem sendo ministrado, como está direcionado e como está sendo entendido pelos educandos e educadores.

Assim, surgiu a pesquisa participante, já que sou professora de uma dessas escolas pesquisadas. Nesta opção metodológica há um compromisso do pesquisador com os integrantes da pesquisa num processo em que todos são sujeitos da história. Uma de suas

características é produzir conhecimento a partir da participação e da cooperação de todos os envolvidos na situação pesquisada.

Foram levantadas algumas questões centrais que nortearam a nossa proposta de pesquisa:

- Será que a comunidade escolar sabe, realmente, o que é ER?
- Se a escola trabalha para a inclusão, o que justifica o preconceito sobre o ER?

O peculiar nesta proposta de pesquisa foi o processo de como as informações e as partilhas de vivências foram surgindo. Percebemos que há um anseio em construir novos caminhos e possibilidades para uma educação mais inclusiva, humana e espiritualizada. Entretanto, o que tem faltado é um incentivo e uma prioridade por parte dos gestores em perceber que o Ensino Religioso é uma oportunidade para olharmos com atenção para a importância do fenômeno religioso presente da história e entendermos que a escola é o local propício para se refletir e construir uma vida com mais sentido e significado.

1.1 O DESPERTAR DA PESQUISA

Como uma das propostas do Ensino Religioso é oferecer o conhecimento do Fenômeno Religioso inserido nas diversas culturas, esse fato despertou meu interesse exatamente por essa área de conhecimento a fim de contribuir para a formação e construção do ser humano, preparando-o para a convivência com as diferenças.

Desde criança vi-me envolvida com diferentes credos. Nasci no Rio de Janeiro, de pais católicos. Possuía familiares pertencentes a outras denominações religiosas e desde cedo notava que todos se “digladiavam” na intenção de provar que o seu credo era o mais correto.

Nas minhas viagens a esses universos, eu ouvi as “certezas” absolutas de pregadores. Resolvi escolher, dentre os múltiplos ensinamentos, os que me forneciam informações que iam de encontro aos meus anseios. Com isso, cresci e aprendi muito. Quando viemos para a Paraíba, passei a estudar em escolas públicas onde o Ensino Religioso da época era mais voltado para o catolicismo. No ensino médio, cursei o Normal no Colégio da Congregação de Santa Catarina de Sena (Itabaiana-PB). Mais tarde, fiz o curso de Pedagogia na UEPB com habilitação em Supervisão Escolar, o que me deu a oportunidade de ser supervisora no mesmo colégio em que estudei.

Dando continuidade ao desejo de me capacitar cada vez mais, fiz a Especialização em Ciências das Religiões na UFPB, na primeira turma do curso, no período que foi do ano 2005

a 2006. Participei de várias escolas bíblicas do Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (Cebi) e continuo caminhando de encontro a novos conhecimentos a respeito do fenômeno religioso.

Na busca por um curso que preenchesse nossas expectativas, encontramos o Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (PPGCR) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com o projeto de fazer uma reflexão sobre o Ensino Religioso nas escolas estaduais de Salgado de São Félix.

Como professora de Ensino Religioso, me senti motivada a mergulhar em águas profundas, buscando colher maiores contribuições proporcionadas por essa disciplina, fazendo do ensino-aprendizagem uma via de acesso para um desenvolvimento humano mais fraterno.

Em pleno século XXI, em meio a tantas descobertas, facilitações, encurtamento de distâncias, enfim, todos os confortos da vida contemporânea, o ser humano se descobre cada vez mais vazio de algo que o torne pleno. Isso se deve, em parte, ao fato da falta de cultivo de valores, da relação de criatura para criatura, do exercício de convivência fraterna, pois o ser humano por ser um ser espiritual precisa aprender o exercício do viver no conhecer, no aceitar, no tolerar, na dependência da complementariedade do outro.

É gritante a necessidade de fazer conhecer o que nos transporta ao outro, e o ensino religioso nas escolas oferece essa oportunidade dando os meios de percebermos que o mundo em que vivemos é feito de gente que sonha, chora e ri, que recomeça a cada fim e finda as etapas que recomeça; que esses rituais que vivemos são inerentes a todo ser humano e isso é que nos sustenta na caminhada.

Como educadora, vendo o comportamento de alguns educandos e também de alguns educadores com relação à disciplina, lancei-me na aventura de querer contribuir para a melhoria do ensino, com o objetivo de auxiliar os estudantes a se prepararem para a vida com o espírito solidário; de olhar o outro e vê-lo como nosso próximo para que assim possamos ter uma juventude com atitudes mais pacíficas, mais acolhedoras, com vontade de ser feliz.

1.2 CONHECENDO OUTRAS REALIDADES

Neste estudo pretendemos citar onde estão e quais os pontos nevrálgicos que impedem a real efetivação do Ensino Religioso em Salgado de São Félix. O que falta para a sua efetivação? O que se pode fazer para que ele realmente aconteça segundo a Lei de Diretrizes de Bases? Existe ou não um “preconceito” acerca da disciplina? São essas algumas indagações que identificamos diante do universo pesquisado.

O campo de pesquisa está centralizado nas seis escolas da Rede Estadual de Salgado de São Félix, envolvendo 06 professores e os alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, nas escolas que fazem parte do município. Para tanto, foi traçada em dados gerais a história do ER bem como foi feita a verificação de como os professores estão ministrando as aulas de Ensino Religioso a partir da formação continuada, e identificado, junto aos docentes, como as aulas de ER têm contribuído para o respeito à diversidade cultural existente na comunidade escolar (Capítulo 4).

Por ser uma cidade pequena e por conhecer as comunidades e distritos e os professores e alunos foi fácil fazer as observações e desenvolver a pesquisa num clima de cordialidade, anotando os fatos observados e, quando necessário, questionando práticas dos assuntos abordados. Para as idas às escolas do meio rural foi preciso usar os transportes alternativos, até mesmo moto, enfrentando grandes dificuldades.

As escolas ainda utilizam giz branco e colorido em quadros negros ou verdes. As aulas do Ensino Religioso são tradicionais, pelo menos nos períodos em que foram visitadas e observadas, só uma utilizava música como motivação.

Antes de mergulhar no universo escolhido para a pesquisa foi feito um levantamento bibliográfico, o qual foi de grande importância para que o trabalho fosse bem fundamentado, através da observação, análise e questionamento. Tudo isso contribuiu para que o estudo acerca da disciplina apresentasse um quadro sobre como estava sendo ministrada, como os educandos a recebem, como está sendo entendida e quais as dificuldades enfrentadas.

Após a definição do nosso objeto de estudo fizemos uma consulta bibliográfica e documental, com foco em livros, revistas, jornais e documentos como forma de averiguar as pesquisas sobre a temática escolhida, de grande relevância para darmos sustentabilidade teórica no estudo empírico realizado.

A abordagem utilizada no trabalho foi qualitativa (GAMBOA, 1995). Foram muitas os gestos, os silêncios, as subjetividades analisadas nas pessoas pesquisadas. Optamos por fazer uma pesquisa participante. Segundo Brandão (1988), esta opção metodológica faz com que o pesquisador se insira no universo pesquisado, sempre tendo o cuidado de não estar emitindo pareceres pessoais, no momento de redigir o trabalho acadêmico.

As técnicas de pesquisa que orientaram a coleta e interpretação dos dados foram de **observação participante**, pois segundo Cruz Neto (2003, p. 59), essa técnica “[...] se realiza através do contato direto com o pesquisador, com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos.” Também

Ramos (2006, p. 226) nos alerta que “[...] é fundamental a relação de confiança e de aceitação que se estabelece entre o investigador e os intervenientes no processo de observação”.

As aulas observadas no cotidiano e nas festividades tinham sempre uma conotação de cunho religioso de predominância cristã católica, fatos esses observados nos gestos, comportamentos, conversas e atitudes registrados no **diário de campo**. Essas anotações foram importantes por ocasião da análise dos dados.

Em meios às observações e conversas para enriquecimento da pesquisa usamos outro instrumento que muito contribuiu para analisarmos os perfis dos professores: um questionário semiestruturados com perguntas pertinentes ao nosso objetivo. Optamos por essa técnica porque necessitávamos saber dos pesquisandos respostas tanto objetivas como subjetivas.

As **entrevistas** foram realizadas durante conversas, informações e na troca de saberes nos intervalos de aula no pátio e na sala dos professores. Os entrevistados sentiam confiança ao falar do que lhes era questionado, sem nenhum constrangimento, pois havia um envolvimento amigável. “É fundamental consolidarmos uma relação de respeito efetivo pelas pessoas e pelas suas manifestações na comunidade pesquisada.” (CRUZ NETO, 2003, p. 55).

Foram utilizados **questionários** junto a 06 professores do Ensino Religioso para a obtenção de informações no que diz respeito à idade, formação, tempo no magistério, como também à forma de lecionar a disciplina e o material utilizado, obtendo assim um perfil do Ensino Religioso nas escolas estaduais de Salgado de São Félix.

A coleta de dados trouxe informações valiosas. Os resultados da pesquisa foram surgindo na medida em que penetrávamos no conhecimento das práticas educativas, não numa análise precipitada, mas através de uma reflexão crítica, que nos proporcionou oportunidades de crescimento na relação educador-educando.

No primeiro capítulo, **Introdução**, foi feita a exposição dos nossos motivos para realizar a pesquisa, enfatizando as motivações em relação ao objeto da pesquisa e sua metodologia. No segundo capítulo, **O Ensino Religioso**, encontra-se um breve histórico do ensino religioso no Brasil. No terceiro capítulo, **O Ensino Religioso na Paraíba**, é apresentado um panorama sucinto do ensino religioso no âmbito educacional da Paraíba. No quarto capítulo, **Um Olhar sobre o Ensino Religioso em Salgado de São Félix**, discutimos a realidade dos professores pesquisados e fazemos a comparação entre a formação docente ideal e a situação vivenciada pelos professores. Por último, nas **Considerações finais**, apontamos pistas para ajudar a incrementar a formação permanente dos educadores da área, de modo a superar as dificuldades e desenvolver um Ensino Religioso integrado na realidade e no conjunto da educação.

2 O ENSINO RELIGIOSO

Neste capítulo encontra-se um breve histórico de Ensino Religioso no Brasil, das relações estabelecidas entre religião e educação e de como essas relações contribuíram para os modelos de Ensino Religioso atualmente.

O Ensino Religioso como área de conhecimento tornou-se uma disciplina indispensável num país pluricultural como o Brasil, por criar possibilidades para o exercício do respeito, tolerância e aceitação do diferente.

A história da humanidade é marcada pela religiosidade e por isso não podemos ignorar este elemento em nosso fazer educativo. Percebemos atualmente a educação voltando-se para estudar a religião, reconhecendo que esta última é anterior à primeira e, portanto, necessita ser analisada e reconhecida como uma área do conhecimento, que muito contribuirá no campo educacional, e assim não podemos simplesmente ignorar este elemento em nosso processo educativo. Historicamente a educação e a religião estiveram juntas influenciando a construção de nossa cultura. Se nós afirmamos que a religião influenciou a educação, o que dizer da religiosidade que é fato inerente ao ser humano? “Mesmo que a finalidade da vivência religiosa seja transcendente, trata-se de uma experiência humana, própria do ser humano e condicionada por sua forma de ser e pelo seu contexto histórico e cultural.” (CROATTO, 2001, p. 41).

Neste capítulo conceituaremos educação, formação e religião no campo sistemático educacional, entendendo essas três áreas como grandes aliadas do homem/mulher, que, ao longo da história, construíram e reconstruíram seus significados e valores. Até hoje buscamos na educação e na religião respostas para os questionamentos existenciais: Quem sou eu? De onde vim? Para onde vou? Essas perguntas não calam e são indagações que contribuem na formação humana.

2.1 HISTÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

No decorrer da história educacional do Brasil, as relações estabelecidas entre educação e religião, ora foram harmônicas, ora ocuparam espaços diferenciados na sociedade. Essas duas entidades (Educação e Religião) contribuíram para o modelo de práticas de Ensino Religioso que se tem na sociedade. De igual forma, também colaboraram na estruturação de discursos que circulam nas comunidades escolares e constituem os sujeitos na vida social.

No início da colonização brasileira, quando os portugueses aqui chegaram, trataram logo de impor suas ideologias religiosas católicas europeias, ignorando as religiões já existentes, as religiões dos índios, tentando desconstruir uma cultura religiosa existente e impor a sua como absoluta e verdadeira. Para os invasores não podia haver diferentes caminhos para se chegar a cultuar o divino ou sagrado.

A ideologia religiosa católica perdurou em nosso país pelo império português e mesmo depois, aproximadamente até a década de 30 do século XX. Era escravizado e perseguido quem não seguisse a religião cristã católica. Uma atitude que visava ao aumento de mais adeptos, porém, deixou marcas profundas na identidade do povo brasileiro, que foi obrigado a ser católico a partir do ano 1500 e forçosamente esquecer suas raízes culturais religiosas.

Segundo Schlog (2005), os portugueses costumavam chamar de “bárbaros” aqueles que tinham uma religião contrária à deles, como os índios e negros. “A Bula *Romanus Pontifex* de Nicolau V, assinada em 08 de janeiro de 1455, dava poderes aos navegantes portugueses para que estes pudessem escravizar os infiéis, buscando sem dúvida a ampliação do império romano católico português.” (SCHLOG, 2005, p. 25).

Esse documento era uma espécie de lei ordenada pelo clero de Portugal para catolicizar os índios e construir na terra recém-descoberta o monoteísmo católico romano. Ninguém podia questionar nem tampouco se opor às ideias da Bula *Romanus Pontifex*. Era uma espécie de controle para vigiar e punir formas diferenciadas de religiosidade que não fosse católica.

Em 1549, com a vinda de seis jesuítas, começou a escolarização no Brasil e com ela veio o Ensino Religioso. Os padres vieram para catequizar e instruir os índios “[...] e por mais de duzentos anos a educação no país ficou entregue a esse grupo da chamada Companhia de Jesus” (MENESES, 1998, p. 32).

Os jesuítas objetivavam catequizar o povo através dos ensinamentos das primeiras letras. O Ensino Religioso (que na época não tinha o caráter regular de uma disciplina), não contemplava a valorização das diferentes culturas, e as atenções voltavam-se apenas para garantir a primazia do cristianismo, especificamente o católico.

Ao longo dos primeiros séculos, o Brasil foi caracterizado como possuidor, de uma sociedade unirreligiosa, tendo o catolicismo como religião oficial. “Desta forma o ser católico não era uma opção pessoal, mas uma exigência da situação histórica” (JUNQUEIRA, 2002, p. 10). Daí se percebe a polêmica na qual o Ensino Religioso se envolveu.

O autor revela que a trajetória do ensino no Brasil começou como um instrumento para ocidentalizar e catolicizar a população. “A estreita relação entre Igreja e Estado determinou a

estrutura educacional do país e o Ensino Religioso na escola brasileira foi inserido na estratégia da educação como todo.” (JUNQUEIRA, 2002, p. 9). A disciplina curricular central era o Ensino Religioso e as demais disciplinas faziam a sua complementação.

Para Schlog (2005), as demais disciplinas estavam subordinadas ao interesse do ensino da religião católica. O protestantismo de imigração seguiu um modelo semelhante, diferenciando-se pelo fato de sua catequese não estar dirigida aos outros (os índios), mas às crianças da própria comunidade.

O art.72 § 6º da Constituição Federal de 1891 estabeleceu que “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.” Para os defensores do ensino laico (liberais, maçons, positivistas, socialistas e alguns grupos protestantes), a existência do Ensino Religioso nos colégios públicos significava a presença do elemento eclesial na escola, servindo aos interesses da Igreja Católica. Embora no período colonial se praticasse a catequese, o Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, de autoria de Rui Barbosa, oficializou a separação entre a Igreja e o Estado e com isso o Ensino Religioso foi retirado das escolas públicas

O Ensino Religioso de teor confessional começou a partir daí a ser visto como algo que se chocava com a laicidade do Estado. Por outro lado, membros da Igreja Católica e políticos aliados não aceitavam a retirada do Ensino Religioso no processo educativo das escolas públicas. Com a proclamação da República, em 1889, as ideias secularizantes do Império foram sendo aos poucos substituídas por um “[...] novo regime organizado a partir do ideário positivista, que no campo da educação é responsável pela escola laica, gratuita, pública e obrigatória” (JUNQUEIRA, 2004, p. 24). Começou, nesse momento, um caminhar para a laicidade do ensino público.

O Decreto nº. 19.941, de 30 de abril de 1931 reintroduziu o Ensino Religioso na educação do país e, com isso, a disciplina foi se posicionando como uma constante nos decretos e leis constitucionais do Brasil. A Constituição de 1934, art. 153, afirmava que:

O Ensino Religioso era de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios religiosos dos alunos, manifestada pelos pais ou responsáveis, constituindo matéria a ser ministrada nos horários normais das escolas primárias, secundárias, profissionais e normais.

Desde 1934 até hoje, essa disciplina continua sendo facultativa e em horário normal de aula, no Ensino Fundamental. A Constituição Federal de 1988 assegura como inviolável a liberdade de consciência e de crença. Essa normatização na lei é a expressão e reflexo de uma

sociedade globalizada e com uma grande diversidade cultural que desperta para a necessidade de trabalhar pela aceitação do pluralismo religioso. O momento vigente estimulava a pensar numa nova proposta pedagógica para a disciplina de Ensino Religioso, que contemplasse essa diversidade, claramente expressa no meio social.

A separação entre Igreja e Estado representa uma conquista histórica que sempre esteve associada ao reconhecimento da liberdade e da pluralidade religiosa, garantindo, assim, a tolerância a todos os cultos e inibindo manifestações oficiais sobre a validade de qualquer posição religiosa. (GUIMARÃES, 2003, p. 53).

A Constituição de 1988, Art. 210, parágrafo 1º assegura: “O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.” A lei não contemplava o olhar para a diversidade religiosa, e, com isso, prevalecia na sala de aula a religiosidade do professor. Ao final dos anos 1980 começou, aos poucos, uma discussão acerca da possibilidade de inserir no currículo o conhecimento plural religioso existente no Brasil. Infelizmente esse debate, naquele período, não teve êxito, pois o grupo de adeptos à proposta de Ensino Religioso vigente era muito forte e qualquer sugestão contrária era negada.

No período que vai de 1988 até 1996, ano da publicação da LDB, o Ensino Religioso era ministrado por professores leigos, catequistas, missionários, teólogos, etc. Com isso, o ensino focava o proselitismo, onde o professor pregava a sua opção religiosa como sendo a verdadeira e a única religião que leva o indivíduo ao “nirvana, ou ao céu”. A finalidade da disciplina era tornar as pessoas mais religiosas e não havia nenhuma orientação para o processo de ensino-aprendizagem das aulas.

Durante tempos o Ensino Religioso do Brasil, no contexto educacional, se constituía como aula de catequese ou formação de seguidores de um grupo religioso “[...] marcada fundamentalmente por uma tendência tradicional de escola que predomina: visão cumulativa de conteúdos, concepção bancária de aprendizagem e função reprodutiva de professor.” [propostas preelaboradas por especialistas] (FONAPER, 2000, p. 11).

Mas a trajetória dessa disciplina tem encontrado educadores como Junqueira (2002), Oliveira (2008) e outros comprometidos com o Ensino Religioso, que têm lutado contra a “[...] transformação de escolas em paróquias” (FONAPER, 2000, p. 12).

A partir da LDB, esta disciplina ganhou uma nova redação. Através da Lei substituta nº 9.475/97, ela assegura que o “Ensino Religioso de matrícula facultativa é parte integrante da formação do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas, assegurado o

respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo” (LDB 9.394/96 Art. 33).

Isso significa que todas as religiões podem ter as mesmas oportunidades de estudo, pois “[...] não há religiões que sejam falsas, todas são verdadeiras à sua maneira: todas respondem, ainda que de maneiras diferentes, a determinada condição de vida humana” (DURKHEIM, 2004, p. 31). Essa conquista histórica levou a proposta da disciplina a se tornar uma área de conhecimento para estudar as manifestações do fenômeno religioso nas diferentes culturas e denominações religiosas.

Amparada pela nova LDB, a diversidade religiosa passou a ser enfatizada e esta disciplina adquiriu um perfil com maior rigor científico e de respeito para estudar as diversas manifestações religiosas presentes no mundo. Com isso, o Ensino Religioso, aos poucos, vem sendo introduzido para o centro de debates acadêmicos e intelectuais, assumindo, quase sempre, tonalidades polêmicas, não tanto pela temática da religião em si, mas pela legitimidade de ensinar religião na escola pública.

Na verdade, a discussão foca a oportunidade ou não de o poder público responsabilizar-se ideológica e financeiramente por essa tarefa, que compete, segundo os estudiosos na área, como Junqueira (2004), Oliveira (2008) e Pauly (2002), e não somente às confissões religiosas.

A história aponta que a introdução do Ensino Religioso nas escolas, em suas diversas fases, não pôde contar com nenhum fundamento epistemológico¹ que garantisse autonomia à abordagem da religião, de forma a estabelecer uma dialética recíproca com as demais áreas de conhecimento que compõem os currículos escolares.

Entretanto, pelo país inteiro, sempre houve vozes mesmo silenciadas que clamavam por mudança no ensino dessa disciplina. A partir dos anos 1990 alguns educadores como Lílian Blank, Sérgio Junqueira, Pe. Roque e outros começaram a lutar para dar uma nova roupagem didático-metodológica ao Ensino Religioso. Os professores sonham com mudança, em ter um componente curricular que garanta o conhecimento do fenômeno religioso e sua diversidade de manifestação na sociedade.

O pluralismo religioso ganhou espaço no Brasil com a laicização do Estado. A partir da separação entre poder político e religião, a liberdade de expressão religiosa começou a crescer no país. Com isso, o Ensino Religioso nas escolas públicas, em sua nova configuração

¹ Fundamento Epistemológico entendido por Grayling (1996) como sendo um método científico e ramo da filosofia interessado na investigação da natureza, fontes e validade do conhecimento.

legal e em sua atual proposta curricular, reflete a desmonopolização do campo religioso brasileiro. Sena (2006) defende uma relação mais estreita entre educação e Ensino Religioso.

A presença do Ensino Religioso nas escolas representa uma tentativa de recuperação para as religiões de alguma influência, através da legitimação de sua autoridade sobre a vida cotidiana e cultural no meio urbano, visto como dilacerado pelo individualismo e pela falta de valores éticos, religiosos e morais.

Essas tentativas, no entanto, se fazem sobre novas bases, em relação ao período ecumênico e pré-ecumênico do país, mais democráticas e preocupadas em respeitar as individualidades presentes no esforço conjunto do grupo estratégico (DICKIE, 2005). Esse autor ressalta que o artigo 33 da LDB estabelece uma nova concepção de Ensino Religioso nas escolas públicas, possibilitando, por meio de organizações inter-religiosas como o Conselho do Ensino Religioso (Coner), o acesso à esfera pública de outras religiões. A configuração supraconfessional dessa disciplina permite que religiões, até então ausentes do ensino público, tenham também oportunidade de ser estudadas nas escolas públicas.

Enfim, propusemos com este estudo, entender o Ensino Religioso (na sua historicidade), como um dos espaços curriculares para o cultivo de convivências respeitadas com as diferenças. E a educação como promotora de um caminho para conhecer esse campo, que por muito tempo ficou resumido ao conhecimento teológico das igrejas. Só elas estudavam religião e de forma muito restrita ao que esta instituição acreditava e pregava. Como o conhecimento está acessível a todos, as religiões precisaram ser estudadas na escola sob um olhar epistemológico, a fim de colaborar para o respeito à pluralidade religiosa vigente.

2.2 ENTRE A PRÁTICA E A REALIDADE DO ENSINO: CRIANDO APROXIMAÇÕES

O Ensino Religioso, de acordo com a sua especificidade, não deve ser confundido com nenhuma outra ciência humana, pois apresenta um grande desafio sobre como despertar o educando para a percepção do transcendente, sem fazer proselitismo. Observamos que em cada cultura religiosa existem normas e valores, onde o fazer pedagógico se espelha para levar aos estudantes o conhecimento do ethos de cada cultura religiosa.

Para melhorar a qualidade do ER, é necessária uma maior conscientização, tanto dos educadores quanto da parte da direção das escolas, ou seja, o envolvimento de todos os segmentos que fazem a escola, com o intuito de promover uma maior valorização da disciplina.

Fazem-se necessárias formações continuadas como meio de preparar o professor para um adequado Ensino Religioso, evitando-se as substituições ou trocas constantes de professores, o que reforça a impressão de que o Ensino Religioso é uma disciplina de menor valor que as demais.

O ER tem uma história que acompanha todo o processo educativo do nosso país. Nesse ponto, a História do Brasil, a História da Educação Brasileira e a História do Ensino Religioso tiveram um percurso marcado pelos fatos políticos, econômicos e sociais impostos para nós brasileiros até os dias atuais.

As ciências humanas estão sempre pesquisando sobre os mais variados sistemas religiosos, porém, a religião se mostra aos olhos dos cientistas com suas diferenças e estes mergulham em pesquisas, para compreendê-las melhor e aprofundar os seus conhecimentos sobre o fenômeno religioso e como cada sistema religioso se comporta diante de tal fenômeno.

É comprovado pela história e outras ciências que não existe nenhum povo sem religião ou sem tradição religiosa. As diversas religiões e tradições religiosas que foram se constituindo no decorrer da história fundamentam a sua concepção de transcendente, o sentido da vida e da morte, a maneira de ser e de agir no mundo, através de seus escritos e também da oralidade.

Por mais que recuemos no tempo, sempre encontraremos vestígios de culto religioso dos mais variados. Sejam quais forem as culturas humanas, sempre perpassará nelas uma dimensão religiosa. Tudo que se relaciona com a transcendência, com o Sagrado requer um estudo mais profundo para se compreender esse fenômeno não só no aspecto das várias tradições religiosas, mas também, como as ciências humanas abordam o tema, partindo do princípio de que é através do conhecimento que se tem uma melhor compreensão de nós mesmos, bem como do outro com todas as suas diferenças.

Quanto mais se investiga, mais entramos num mundo de mistérios para descobrir o sentido mais profundo da vida e da morte, no presente e no passado, no real e no imaginário. Sempre haverá indícios de cultos religiosos, a partir de toda uma simbologia e de ritos inerentes às tradições religiosas.

É por isso que muitas pessoas mergulham nesse mistério, como fonte de conhecimento inesgotável. Cada tradição apresenta o seu fenômeno religioso, a partir da visão histórica de uma cultura, a forma como age no mundo, o sentido da vida, fundamentando-se numa concepção transcendental. Apresentam as mais variadas formas de se relacionar com o sagrado, através dos escritos e da oralidade, contribuindo para uma abertura de caminhos,

onde as pessoas buscam as respostas mais significativas para os seus questionamentos: a origem da vida; o universo; a criação do mundo; a vida pós-morte e, por fim, como as religiões concebem o fenômeno religioso.

Segundo os cientistas da religião (SENA, 2000), os seres humanos criaram as tradições religiosas e as sistematizaram para cultuarem o sagrado, na tentativa de explicar o mundo por uma visão diferente da científica. Todas as religiões buscam a sua verdade, sejam elas tradicionais ou não, com escritos sagrados, orais ou místicos.

Segundo Eliade (2001, p. 17), “[...] o homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano.” Para entendermos o fenômeno religioso nas diversas tradições religiosas, é preciso que se entenda o que é religião. Para muitos pesquisadores a religião é uma força sem tamanho que conduz o ser humano para uma vida espiritual, onde as pessoas buscam a sua verdade absoluta (ALVES, 2003).

As grandes tradições religiosas, apesar de causarem uma relação de dominação e de poder, se direcionam para uma proposta de preservação dos grupos em sua convivência, enquanto seres humanos, pois estão sempre atreladas e aliadas aos poderes da sociedade civil. Qualquer que seja a tradição religiosa, mesmo aquelas consideradas por outras como decadentes e falsificadas, o termo religião de certa forma representa uma atitude de relacionamento entre o homem e o Absoluto.

Os conceitos de Sagrado, Transcendente ou Divino (BARCELLOS, 2005) são de complexidade muito grande entre as várias abordagens acerca da religião. Podemos enfocá-la etimológica, histórica e fenomenologicamente, do ponto de vista da Psicologia, Sociologia, Filosofia, Teologia e Antropologia. Em cada uma existem diferentes enfoques de acordo com o posicionamento dos autores nas mais diversas épocas. E assim foram surgindo variadas definições.

A não aceitação da religião não é apenas um fenômeno individual, mas também um fenômeno social. A ideia de religião com muita frequência contempla a existência de seres superiores que teriam influência ou poder de determinação no destino humano.

Para muitos pesquisadores, o sistema de práticas proporciona ao ser humano a busca pelo transcendente que é uma necessidade que a pessoa tem não só do ponto de vista físico, mas psíquico e espiritual de se relacionar com o Sagrado. Entretanto, essa experiência ocorre de acordo com as diferenças existentes em cada tradição religiosa, cujo mistério leva às mais diversas possibilidades, desde o conhecimento até os milagres, os quais dão sentido à vida do ser humano.

A experiência religiosa pela qual passa o ser humano está associada na maioria das vezes aos momentos de aflição, não só dos problemas familiares, mas sociais e até mesmo religiosos, atrelada ao medo, às incertezas e à angústia. Isto ocorre porque é próprio da pessoa, ao se deparar com os momentos mais difíceis de sua vida, recorrer ao divino, na tentativa de solucionar o problema que tanto a angustia. Entretanto, é pela fé que o ser humano busca o ser transcendental. É nessa busca que há uma aproximação com Deus, numa tentativa de conseguir algo que lhe parece difícil ou até muitas vezes impossível.

Muitos afirmam que, no decorrer da história, se verificaram sinais concretos da relação do ser humano com o transcendente. De fato, o que verificamos hoje em todas as tradições religiosas (CHALLAY, 1981) é que esses sinais estão bem próximos de nós através de toda uma simbologia, dos cultos às diversas divindades; até mesmo aqueles que dizem não acreditar, e, no entanto, passam a acreditar em algum “princípio da natureza.” Em todas as tradições religiosas existe a experiência do sagrado (CAMPBELL, 1989), desde a primitiva, a mais antiga ou a mais tradicional; o ser humano sempre está se relacionando com o sagrado, através dos ritos, símbolos, divindades e mitos; todas são de realidades abstratas, mas todas contribuem de certa forma na história de um povo e de uma cultura.

A experiência religiosa leva o ser humano a uma relação com o desconhecido, a qual se manifesta através da busca pelo transcendente, como um ser em construção que deseja superar sua condição de finito, para ter na sua totalidade o desejo de infinitude. Atitude que manifesta, por outro lado, um sentimento de insegurança que o conduz à submissão e à dominação.

Conforme Filorano e Prandi (2003), qualquer objeto pode se tornar sagrado para uma determinada cultura, embora não deixe de ser ele mesmo, com sua utilidade na vida de outras culturas. Por exemplo, um animal pode significar um símbolo religioso para uma tradição religiosa, enquanto para outra tradição ele se apresenta apenas como um animal. Eliade (2001, p. 17) afirma que “[...] o homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano.” A isso ele denomina de hierofania: o homem passa a perceber e fazer a diferença entre aquilo que é real, que é poderoso e o que não tem nenhuma significação, isto é, está desprovido de significados.

A religião é a ponte relevante que liga o ser humano ao sagrado em busca do transcendente para que não se sinta sozinho. Pode-se afirmar que durante a maior parte da história da humanidade as certezas sobre o mundo foram predominantemente dadas pela fé, pela crença mágica ou religiosa que perdurou por muito tempo.

A fenomenologia religiosa nos mostra uma característica comum a todas as religiões. Em cada cultura há uma forma especial de cultivar o sagrado, não só as formas primitivas, como no culto às pedras ou outro elemento da natureza, mas referenciando o culto aos seus avatares, compreendendo e respeitando a origem do mundo e da espécie humana, com a valorização de todo um conjunto de mitos e ritos.

Podemos respeitar a posição de cada religião, porém isso não quer dizer que devamos concordar com os seus dogmas, mas tratá-la de maneira coerente para que possamos compreendê-la e reconhecê-la dentro de suas diferenças, numa atitude de compreensão do outro a partir da tolerância, do respeito e do diálogo. A paz no mundo só se construirá quando houver entendimento entre as pessoas e as tradições religiosas, sendo essa uma prática do ER.

Atualmente, o respeito à diversidade constitui-se como um fator de desenvolvimento pessoal e social, bem como um caminho para a sustentabilidade ambiental do planeta. Nessa diversidade inclui-se o ser humano como um ser que precisa ser respeitado pelas suas diferenças, seja de natureza racial, social, cultural ou religiosa.

Por muito tempo os novos movimentos religiosos foram definidos a partir das crises sociais, pela intolerância de outras religiões, que geraram insatisfações de alguns grupos religiosos e com isso foram surgindo novas religiões, provocando mudanças internas e rupturas que deram origem a crises sociais.

A globalização da religião, que tem uma porta aberta através da internet, superou as barreiras e ultrapassou as fronteiras atingindo mais de oitenta por cento da população que vive na cidade no mundo inteiro, gerando assim maiores possibilidades de troca de informações dentro das diversidades religiosas, e provocando, dessa maneira, um reflexo sobre as mudanças para que venham corresponder aos anseios do ser humano, de modo particular, o seu ser religioso.

O pluralismo, construído pelas várias raças, culturas e religiões, desde as raízes do povo brasileiro, com suas diferenças, permite certamente maior possibilidade de servir de exemplo para o mundo. Quando se fala de diversidade religiosa é necessário pensar no respeito às diferenças, no diálogo e na tolerância, em que a liberdade religiosa possa promover o diálogo inter-religioso, pois cada religião é considerada um pequeno mundo à parte, onde as pessoas que a praticam vivem suas dimensões religiosas e fazem delas o seu mundo.

Hoje, pesquisas mostram o quanto esse universo religioso se expandiu. Existem as várias denominações religiosas cristãs protestantes, que deram entrada em meados do século

XIX em nosso país e vêm alargando o espaço na sociedade brasileira, o que permitiu uma grande diversificação do campo religioso.

Muitos cientistas estudiosos das religiões dedicaram boa parte de sua vida à busca de descobrir algo que liga o ser humano ao sagrado. Diante dessa complexidade de conhecimento é que surgem os mais variados questionamentos e indagações sobre a compreensão das religiões.

No processo educativo, é impossível tratar do ER sem falar das várias tradições religiosas, uma vez que cada cultura apresenta o fenômeno religioso, com seu culto diferenciado ao transcendente. Cada tradição religiosa tem funções, sendo uma delas a de educar o ser humano para a vida, a partir do encontro consigo mesmo, com o outro e com o sagrado. É onde o ER e a educação fundamentam a sua natureza: o homem para adquirir seu estado de realização integral necessita da perfeição religiosa, vivenciando os valores contidos em cada verdade religiosa, os quais fazem parte do processo educativo.

A sala de aula, enquanto espaço privilegiado de reflexão sobre os limites e superações, exige do educador vivência e atitudes. Isto implica a necessidade de se construir uma pedagogia que favoreça tal perspectiva, porque o que objetivamos é fruto de uma experiência pessoal, na incansável busca de respostas para as questões existenciais.

É preciso interpenetrar a teoria e a prática. Todavia, em cada cultura estudada em sala de aula, com todas as suas diferenças e a complexidade do tema, existem várias possibilidades de se compreender melhor o fenômeno religioso e uma delas é o diálogo inter-religioso. Isso é de fundamental importância para o ER, porque só através dele é que se dá a compreensão sobre tal fenômeno, onde o respeito às diferenças leva ao entendimento, à boa convivência e à cooperação solidária.

Diante do pluralismo religioso, onde cada tradição possui a sua forma adequada de chegar ao transcendente, é importante tratar disso no processo educativo como uma forma de apresentar aos educandos como se dá a busca pelo transcendente, vivenciada por cada cultura, através dos seus mitos, ritos, enfim, toda uma simbologia religiosa em que seus textos sagrados orais e escritos revelam a história dos povos.

Daí, a relevância do entendimento sobre esse fenômeno numa compreensão de que todas as tradições culturais religiosas revelam sua verdade, através de práticas e crenças que educam para uma vida plena, para olhar para dentro de si, onde se dá o encontro consigo mesmo, e a partir daí aprender a conviver com o outro, respeitando as diferenças. É nessa perspectiva que o ER, de acordo com a sua proposta de trabalho, garante se estabelecer nas escolas públicas do nosso país.

A partir de 1985, quando se instaurou o processo constituinte e a tramitação do projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases no Congresso Nacional, esse componente curricular voltou a ser objeto de discussão e alvo de novas polêmicas, pois ainda existiam grupos contrários à sua regulamentação na referida Lei de Ensino e com isso as dificuldades eram as mais diversas.

De um lado, foram recuperados aspectos dos discursos pronunciados nas fases anteriores à regulamentação da matéria, principalmente dos setores contrários à sua permanência ou inclusão no sistema escolar. Por outro lado, aproveitaram-se os argumentos e propostas em vista de sua permanência no currículo como disciplina, a possibilitar ao educando a oportunidade de compreender sua dimensão religiosa e encontrar respostas para seus questionamentos existenciais mais profundos, descobrindo e redescobrando o sentido de busca, na convivência, diálogo e respeito às diferenças.

A mobilização da sociedade, liderada por educadores pela permanência do ER como “direito do educando e dever do Estado”, facilitou a sua inclusão no processo decisório da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. É importante destacar que os educadores também tiveram apoio não só da Igreja Católica, mas também de vários segmentos da sociedade e de outras entidades religiosas e organizações educacionais, em todo o território nacional. Caron (1998, p. 16) diz:

A liderança da mobilização para garantir o referido ensino na lei maior esteve com os próprios professores da disciplina, atuantes, em grande parte, nos estados portadores de maior organização, a começar pela regulamentação do dispositivo constitucional, ou seja, do art. 210, parágrafo 1º da Carta Magna. O que antes era feito somente pela Igreja Católica, agora é assumido, de modo especial, pelos próprios educadores, graças ao incentivo da própria Igreja em devolver à sociedade as suas funções por dever, na conquista de seus direitos de cidadania, dentre os quais o da garantia do ER na escola pública. Concretamente, coordenadores estaduais de Ensino Religioso e outros setores representativos dos Estados delegaram às entidades juridicamente legalizadas, relacionadas a seguir, o papel de articuladoras da mobilização nacional, concretizado através de um abaixo-assinado encaminhado à Assembleia Constituinte.

Associações que lutaram, apoiaram e assinaram o manifesto: Associação Interconfessional de Educação de Curitiba (Assintec), Paraná; Conselho de Igrejas para Educação Religiosa (Cier), Santa Catarina; Instituto Regional de Pastoral de Campo Grande/Mato Grosso do Sul (Irpamat); Associação de Educação Católica (AEC) e o Setor de Educação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Grupo de Reflexão sobre Ensino Religioso (Grere), somando-se a isso o empenho de cada coordenador estadual.

Dessa maneira, grupos representativos da sociedade organizada marcaram presença quando do acontecimento da Assembleia Nacional Constituinte de 1986, onde reivindicaram a garantia do ER na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, através da Comissão da Educação da Câmara. Caron (1998, p. 17) afirma: “[...] A emenda constitucional para o ER foi a segunda maior emenda popular que deu entrada na Assembleia Constituinte, em determinado prazo do primeiro período aberto à participação, pois obteve mais de 78.000 assinaturas [...]”

Este foi um movimento de mobilização nacional que se apresentava de forma democrática, no qual nos incluímos, dando nossa contribuição e assinando o documento. Dava para perceber o quanto foi organizada essa luta. Em seguida, vieram discussões sobre as mudanças da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no contexto da Constituição de 1988, passando por vários projetos, sendo aprovado o substitutivo do senador Darcy Ribeiro, cujo relator foi o deputado José Jorge (PFL-PE), o qual foi aprovado com 349 votos, em 17 de novembro de 1996. Segundo Caron (1998, p. 18):

Ao término do ano letivo, sem tempo hábil de a sociedade tomar conhecimento, ou seja, em 20 de dezembro de 1996, o Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso sancionou a LDB sob o nº 9.394, publicada no Diário Oficial da União, do dia 23/12/96, divulgada como “Lei Darcy Ribeiro”.

Novamente o ER sofreu com a divulgação dessa lei, pois em sua redação ela discrimina mais uma vez esse componente curricular, enquanto a Constituição de 1988 garante através do Art. 210, § 1º do capítulo III da Ordem Social, o Ensino Religioso nos seguintes termos: “O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental.” Entretanto, a dita Lei Darcy Ribeiro determina em seu texto a expressão: “sem ônus para os cofres públicos”. Isso mais uma vez mobilizou os educadores e as associações em todo o território nacional para eliminar tal expressão. A autora citada (CARON, 1998, p. 19) chama atenção:

Atuaram imediatamente para tal finalidade: a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação de Professores de Ensino Religioso do Distrito Federal (Asper), o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, a partir da carta aberta de 26 de março de 1996, elaborada na 1ª Sessão. [...]. Encaminharam, a seguir, um documento assinado primeiramente pela Presidência da CNBB e depois pelos Bispos do Brasil, a todos os deputados federais, solicitando apoio e atenção ao artigo sobre o Ensino Religioso na futura LDB, no sentido de eliminar a expressão “sem ônus para os cofres públicos”.

Significa dizer que foi mais um desafio para os educadores de ER, que, em momento algum, se deixaram levar pelo cansaço ou pela desistência. Cada vez mais se sentiam estimulados, pois eram inúmeras as colaborações, tais como: o apoio do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), da Associação de Educação Cristã (AEC) e de outras entidades, o que culminou com o 11º Encontro Nacional de Ensino Religioso (11º Ener) em agosto de 1996, somando-se o acompanhamento desses educadores em todo o território nacional, fazendo campanhas e relatórios, construindo coletivamente, mesmo à distância, a partir deste período, a história do Ensino Religioso em nosso país. Enquanto isso, tanto a Câmara dos Deputados quanto o MEC também foram procurados pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (Fonaper)².

Alguns deputados prometeram, mas não cumpriram com a palavra. Muitos foram os esforços direcionados pelos educadores para que o ER fosse uma disciplina como qualquer outra do currículo escolar, que tivesse o mesmo tratamento dado às demais. Segundo Caron (1998, p. 20-21), em 28 de fevereiro de 1996, o Senado Federal recebeu o Parecer de nº 30, estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mantendo o Ensino Religioso no Art. 33 com a seguinte redação:

§ 3º - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I- confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável ministrada por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas;

II- interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.

§ 4º- Os sistemas de ensino atuarão de forma articulada com as entidades religiosas para efeito da oferta do ensino religioso e do credenciamento dos professores ou orientadores.

§ 5º- Aos alunos que não optarem pelo ensino religioso será assegurada atividade alternativa que desenvolva os valores éticos, o sentimento de justiça, a solidariedade humana, o respeito à lei e amor à liberdade.

Caron (1998, p. 22) aponta neste texto dois pontos importantes: “[...] um é o ER ser definido para as escolas públicas em duas modalidades, ou seja, em caráter confessional e interconfessional”; o outro ponto é a expressão: “sem ônus para os cofres públicos”.

² Foi criado em 1995 e vem desde então buscando acompanhar, organizar e subsidiar o esforço de professores, associações e pesquisadores no campo desse componente curricular. Em um primeiro momento ocupou-se com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, simultaneamente com a estrutura do Ensino Religioso através da produção do Parâmetro Curricular Nacional do Ensino Religioso, etc. Possui um estatuto, que rege as suas normas de trabalho. Maiores detalhes ver www.fonaper.com.br.

Como seria o encaminhamento deste nas escolas? Essas duas dificuldades, além de serem dois grandes desafios, implicariam na sua organização no contexto escolar, o que não deixava de preocupar todos os envolvidos. Entretanto, a luta continuava e cada vez mais as forças aumentavam. Vale ressaltar que isso era mais um estímulo pela causa. Os grupos se uniram, idealizaram sobre como proceder, significando dizer que esse ponto de reflexão era positivo.

Pensar o ER atualmente é buscar um novo paradigma, uma nova identidade, que é uma questão retomada pelos diversos segmentos da sociedade a partir da visão antropológica, sociológica, histórica e, principalmente, do ponto de vista científico. Há duas décadas mais ou menos se acentua na escola o processo de ruptura com as concepções vigentes de educação, pela dimensão da crise cultural que se instaura em todos os aspectos da sociedade. Frente à crise e aos paradigmas que apontam possibilidades e geram incertezas, também o ER busca a sua redefinição como disciplina regular do conjunto curricular.

A Lei de Diretrizes e Bases garante que as escolas ofereçam aos alunos o acesso ao conhecimento religioso, deixando claro que as formas institucionalizadas de religião são competências das igrejas e crenças religiosas. Caron (1998, p. 31) afirma que a responsabilidade maior agora está com os Sistemas de Ensino para direcionar os procedimentos que deverão ser tomados. Um dos objetivos do ER é “proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando” (PCNER, 2002, p. 30-31).

É importante destacar que os PCNERs, quando tratam das suas diretrizes, fazem uma abordagem sobre os conteúdos desse componente curricular, regido pelos eixos temáticos. Observamos que a importância do eixo temático *Culturas e tradições religiosas* tem muito significado, porque, assim sendo, é papel do professor trabalhar junto aos estudantes o conhecimento das culturas e tradições religiosas, sem distinção.

Além disso, Caron (1998) continua fazendo uma comparação entre a estrutura biológica do ser e a forma religiosa, bem como procura compreender como determinada cultura surgiu, isto é, desde os aspectos mais primitivos e seus caracteres, a partir de sua existência, incluindo as crenças religiosas, observando os “fatos religiosos conforme a origem da evolução, o naturismo, o animismo ou qualquer outra forma religiosa” e mais a estrutura política e socioeconômica dessa cultura (DURKHEIM, 1989, p. 32).

Essa também é uma tarefa do ER, que vai proporcionar a educadores e educandos analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais.

O autor ainda faz uma série de questionamentos sobre o “animismo e naturismo”. Para ele, é fundamental conhecer as culturas dos povos mais antigos. Por isso, “o estudo das religiões primitivas tem por si mesmo interesse imediato que é de primeira importância”. (DURKHEIM, 1989, p. 32). Pesquisar como surgiu a religião é de grande relevância, pois, segundo ele, os filósofos tentam descobrir isso, porém, o método é limitado a “analisar a ideia que tem da religião”. Esse teórico assegura que a classificação do mundo religioso se divide em dois domínios: o sagrado e o profano³.

No sagrado estão contidos: crenças, mitos, gnomos, lendas, que são sistemas de coisas sagradas, bem como uma árvore, um rio, uma pedra ou um animal. No profano estão contidos: as virtudes e os poderes que lhes são atribuídos, isto é, sua história, suas relações entre si e com as coisas profanas. A função do sagrado é fundamental para o Totemismo.

No estudo sobre o animismo e naturismo, Durkheim (1989, p. 124-125) ressalta que tanto um quanto o outro convergem num ponto comum em relação à construção da “noção do divino”, uma vez que ambos “[...] despertam sensações em nós dos fenômenos naturais, físicos ou biológicos”. Para ele, é importante frisar que tanto o sonho quanto as manifestações cósmicas eram relevantes, ou seja, “o ponto de partida da evolução religiosa era para os animistas o sonho, enquanto para os naturistas eram determinadas manifestações cósmicas”.

Ressalta ainda Durkheim (1989, p. 125): “[...] deve existir, portanto alguma outra realidade em relação à qual essa espécie de delírio que é em certo sentido, toda uma religião, assuma significado e valor objetivo [...], para além daquilo que se denominou naturismo e animismo”.

Cabe-nos criar uma medida justa de equilíbrio e assim cuidar de nossos sonhos, dos valores, para dar rumo à nossa vida, e das significações que geram esperanças, colocando os compromissos éticos acima dos interesses pessoais ou coletivos.

2.3 O ENSINO RELIGIOSO NO ÂMBITO EDUCACIONAL

A história do Ensino Religioso no cotidiano das escolas, no Brasil, está ligada a iniciativas isoladas de alguns professores, que insistiram na necessidade de um ensino

³ “É preciso acrescentar que uma tal existência profana jamais se encontra no estado puro. Seja qual for o grau de dessacralização do mundo a que tenha chegado, o homem que optou por uma vida profana não consegue abolir completamente o comportamento religioso [...] A revelação de um espaço sagrado permite que se obtenha um ponto fixo, possibilitando a orientação na homogeneidade caótica, a ‘fundação do mundo’, o viver real. A experiência profana, ao contrário, mantém a homogeneidade e, portanto a relatividade do espaço. Já não é possível nenhuma verdadeira orientação, porque ‘o ponto fixo’ já não goza de um estatuto ontológico único, aparece e desaparece segundo as necessidades diárias.” (ELIADE, 2001, p. 27).

dirigido à formação mais humanitária e ligada ao estudo da diversidade religiosa existente no país. A inclusão do tema religiões nos sistemas de ensino vem ocorrendo por meio de projetos isolados e de tratamento descontínuo. Muitas práticas educativas continuam sendo aplicadas de modo fragmentado e descontextualizado e seus trabalhos resultam desconectados da realidade.

No Brasil existe um grande número de escolas que ignoram essa temática em suas atividades e há os que desconhecem o Ensino Religioso na sua teoricidade, restringindo sua prática didática a atividades proselitistas.

No campo educacional, “todos têm direito de conhecer o patrimônio religioso que pertence à humanidade. Negar o acesso a ele é negar um dos aspectos centrais da vida humana que é a religiosidade” (TILLICH, 1984, p. 460). A escola se constitui num local onde esse direito pode ser promulgado e alcançado, pois é lá que há diversidade na sua amplitude de aspectos: sociais, culturais, religiosos, etc. Deve ser conhecida e respeitada.

Desde suas origens até os dias atuais, o Ensino Religioso passou por diferentes roupagens, implicando em assumir identidades distintas em cada período. A cultura religiosa, por sua vez, teve grande marca sobre o nascimento desta disciplina, configurando o reflexo de uma sociedade de origem eminentemente católica.

Conseqüentemente, o professor possuidor de seu próprio universo simbólico, no que se refere ao campo da cultura religiosa, vive constantemente provocado a construir novas pontes, estabelecer novas relações entre seus saberes e os conhecimentos impostos pela concepção de Ensino Religioso vigente em cada período histórico-cultural.

Esse profissional assume sua tarefa de ser ele mesmo um símbolo religioso na escola, o que muitas vezes faz eco na sua interioridade e vivência de sua particularidade alicerçada pela maioria na fé cristã. Porém, outras vozes que são silenciadas sempre existiram e continuam existindo. São pessoas que se diferenciam do universo simbólico vigente, por estarem noutra dimensão cultural-religiosa de símbolos próprios, dentre eles: os indígenas, afrodescendentes, protestantes, ateus e muitos outros, que ficam à margem desta proposta de ensino.

Durante décadas o Ensino Religioso não contemplava a ressignificação e valorização das diferentes culturas e as atenções se voltavam apenas para garantir a primazia do cristianismo católico, repercutindo nos planos de ensino e livros didáticos do Ensino Religioso. Encontramos ainda hoje forte preocupação com os aspectos metodológicos e/ou de como facilitar a iniciação das novas gerações nesta ou naquela proposta de religião. Atitudes

como esta se constituem no que chamamos de proselitismo, pois direcionam os alunos a estudar uma única religião.

Este modelo de Ensino Religioso está sendo superado e atualmente se reconhece a disciplina como um espaço de diálogo para conhecimento das religiões. Assim, evita-se o proselitismo e o fenômeno religioso é abordado como objeto de estudo. Nessa concepção, o conhecimento religioso sai do âmbito das igrejas e ganha espaço de discussão em nível filosófico-científico. Supera também a visão fragmentada que separou o mundo profano do sagrado, a fé da razão e busca integrar todos os conhecimentos, valorizando o ser humano em todas as suas dimensões. O religioso é compreendido como um conhecimento humano e o Ensino Religioso como um espaço de construção de conhecimentos, principalmente, de socialização desses conhecimentos.

As propostas curriculares nacionais, surgidas a partir da nova LDB, afirmam que o Ensino Religioso nas escolas públicas deve assumir um caráter pluralista e não confessional. Esse novo enfoque antropológico-cultural e epistemológico visa estudar o fenômeno religioso como um aspecto próprio do homem, presente em todas as culturas e constituindo uma tentativa de conferir sentido à vida.

A construção dessa proposta exige educadores comprometidos, sobretudo, apaixonados pesquisadores e estudiosos em todos os temas a serem abordados e trabalhados numa proposta, que bem desenvolvida na escola estará contribuindo para a formação cidadã dos educandos.

O desafio que se coloca para uma recriação do Ensino Religioso em âmbito nacional é acadêmico e político. Nos dois casos há dogmas cristalizados, tanto de forma legal, como pelas tradições políticas e pedagógicas. A desconstrução desses paradigmas é uma tarefa árdua, mas possível de mudança, mesmo de forma lenta. Também, em ambos os casos, não estamos no marco zero. Há construções e acúmulos teóricos e práticos, sobretudo a partir dos trabalhos do Fonaper, que produziu diretrizes para o Ensino Religioso.

Uma conquista significativa foi a promulgação dos Objetivos Gerais do Ensino Religioso para o Ensino Fundamental, contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) e elaborados pelo Fonaper, dos quais destacamos:

Proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas recebidas no contexto do educando;
Analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais;

Possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável (PCNER, 1998, p. 30-31).

Esses objetivos constituem-se em metas a serem atingidas pelos(as) educandos(as) ao longo dos 9 (nove) anos do Ensino Fundamental. Com base neles, o Fonaper elaborou os dez Pressupostos do Ensino Religioso que são:

Parte integrante da formação do cidadão;
 Conhecimento que ajuda o educando a desenvolver-se sabendo de si;
 Disciplina dos horários normais, sem proselitismo;
 Conteúdos que ajudam a entender o fenômeno religioso a partir da relação culturas/tradições religiosas;
 Ensino Religioso é um aprendizado processual, progressivo e permanente;
 O Ensino Religioso sensibiliza para o mistério, na alteridade;
 O Ensino Religioso é conhecimento que constrói significado;
 O Ensino Religioso é uma disciplina prática didática contextualizada e organizada;
 No Ensino Religioso a avaliação é processual, permeia objetivos, conteúdos e prática didática;
 O Ensino Religioso é conhecimento entre sujeitos (FONAPER, 2000, v. 11, p. 16).

Esses pressupostos são princípios orientadores que dão sustentabilidade às propostas elaboradas por esta disciplina. A escola só se torna capaz de apresentar a questão da diversidade cultural religiosa, se defender essa causa como uma questão de cidadania. Só a partir daí é que se pode modificar o entendimento do Ensino Religioso produzido nas escolas públicas. Esse princípio ainda gera muita confusão e concepções equivocadas, tanto entre os professores como em toda a comunidade escolar.

O Ensino Religioso nas escolas, vigente, busca abranger o maior número possível de expressões religiosas da sociedade, garantindo o direito de livre expressão ao sagrado de cada cidadão. Jamais admite o proselitismo e intolerância religiosa, pois “[...] aprender é construir significados, ensinar é oportunizar essa construção” (MORENO, 1997, p. 34). Esse componente curricular procura abranger sob seu “guarda-chuva” o maior número possível de representações religiosas de nossa sociedade multicultural, posto que abordar sua totalidade seria difícil.

No século XXI o modelo inter-religioso cada vez mais vem se afirmando e ocupando o espaço que antes era exclusividade da Igreja Católica. Estão ruindo as fronteiras e os muros divisórios entre as diferentes denominações religiosas, assim como dogmas arraigados

historicamente, que direcionavam o conteúdo e o processo metodológico da disciplina para uma educação unirreligiosa.

Essas mudanças históricas estão transformando o Ensino Religioso em nossas escolas, que vislumbram um novo perfil do professor da disciplina com uma formação específica em Ciências das Religiões.

Na conjuntura educacional brasileira, a maioria dos sistemas de ensino, responsáveis políticos e legais pela gestão das instituições de ensino, constituem a fonte do problema, na medida em que não apresentam uma saída diferente, mantendo o Ensino Religioso na condição de exceção epistemológica, dentre as demais áreas de conhecimento.

A raiz da questão remete para o âmbito da própria comunidade científica, que tardiamente produziu uma base teórica e metodológica capaz de tratar a religião cientificamente e de alicerçar a formação em Ensino Religioso, dando relevante contribuição.

Tratamos até agora das questões centrais colocadas pelo Ensino Religioso, e também da realidade do Ensino Religioso no Brasil. A seguir, abordaremos o Ensino Religioso no Estado da Paraíba e os desafios que o tema apresenta.

3 O ENSINO RELIGIOSO NA PARAÍBA

No campo educacional paraibano, estudar a diversidade religiosa do Estado se apresenta como um desafio, para os que insistem nas sendas de uma formação homogênea, assim como para os que trilham os caminhos do respeito às diferenças numa perspectiva de educação pautada na convivência de aprendizados heterogêneos.

Neste Estado, a formação docente no Ensino Religioso ainda é muito recente e teve início a partir do ano de 2000 com cursos de extensão oferecidos pelo Fonaper. Isso tem levado muitas escolas a assumirem, ainda, posturas e práticas de ensino-aprendizagem voltadas para uma proposta confessional católica.

O projeto de Ensino Religioso na Paraíba ainda diverge muito da proposição da legislação vigente e das orientações da Coordenação Estadual de Ensino Religioso. Estes dados suscitam três questões importantes:

- nem sempre a mudança na legislação é acompanhada pela mudança no cotidiano escolar;
- a presença em eventos e o acompanhamento das reflexões não garantem automaticamente a mudança da prática educativa;
- é necessário acompanhar o cotidiano do professor, procurando constatar as dificuldades de compreensão e os avanços.

Estas questões são muito importantes, especialmente ao indagarmos: Por que a Paraíba, tão rica em cultura religiosa, não se preocupa em trabalhar nas escolas o conhecimento e o respeito por essa diversidade? Por que, nos dias atuais, com todo o avanço da tecnologia e democratização do conhecimento ainda existem docentes sem formação? Quais conteúdos de Ensino Religioso estão sendo abordados pelos professores? Por que a formação docente em Ensino Religioso não tem o mesmo tratamento que as demais disciplinas? Essas dúvidas ecoam em nossos pensamentos e de tantos outros educadores paraibanos.

O momento é para reflexão sobre a necessidade de continuar o investimento em educação, na formação inicial, ao longo da vida profissional, de forma contínua, efetiva e eficiente. Uma educação que torne mais humanos e humanizadores seus agentes, com formas de vida mais digna, mais feliz e mais respeitável na construção de sujeitos. Isso deve ser o foco na formação docente em Ensino Religioso, que mesmo começando tarde há perspectivas de contribuições significativas no campo da educação e conseqüentemente será remetido para a sociedade que esperamos num futuro próximo ser mais igualitária e solidária.

Uma educação que busque contemplar a diversidade requer de toda a comunidade escolar e, em especial dos educadores, um conjunto de reflexões e práticas que abordem as diferenças culturais dentro dos espaços educacionais. Poderíamos mencionar, por exemplo, nos encaminhamentos e na elaboração de suas diretrizes curriculares e pedagógicas, o esforço de contemplar, valorizar e integrar a diversidade respeitando as singularidades existentes no contexto histórico-cultural.

Adotar esse modelo educacional na disciplina de Ensino Religioso requer necessariamente do educador uma formação específica no campo religioso, percebendo no seio de sua formação a religião, sob a ótica da ciência, com sua pluralidade e ao mesmo tempo especificidade.

Com uma experiência de onze anos na área, temos observado que este componente curricular caminha para uma perspectiva de ordem epistemológica num futuro próximo. Uma das razões é que, como área do conhecimento, o Ensino Religioso está em processo de (re) constituição, buscando romper paradigmas de ordem eclesial e política.

Epistemologia é entendida como um ramo particular da pesquisa filosófica que tem por objeto de estudo os problemas mais gerais colocados pelo saber científico: “[...] ela apoia-se sobre uma crítica às ciências, procurando chegar a um modo de conhecimento distinto do conhecimento científico” (BOMBASSARO, 1997, p. 11). É, dessa forma, um critério, uma possibilidade de obtenção do conhecimento sobre o objeto que se pretende estudar.

Tendo um tratamento epistemológico, o Ensino Religioso logo construirá pontes que valorizem a diversidade religiosa, e levará aos estudantes a compreensão do papel da escola em contribuir na formação de cidadãos éticos, o que pode contribuir para que eles exerçam sua liberdade de escolha ou mudança de religião, de partidos políticos, de orientação sexual, dentre outros fatores. Escolhas que, muitas vezes, são feitas apenas por condicionamento cultural e não baseadas em uma consciência oriunda do conhecimento.

3.1 TESSITURAS SOBRE O ENSINO RELIGIOSO NA PARAÍBA

O Ensino Religioso na Paraíba, como nas demais regiões e estados do país, também tem a sua história. A disciplina passou por diferentes roupagens, implicando em assumir identidades distintas em cada período. A cultura religiosa teve grande marca sobre o nascimento desta, configurando o reflexo de uma sociedade católica. Só mais tarde com a abertura em todo o país a diálogos entre cristãos, deu-se a formação de uma nova perspectiva

de maior abertura para o diferente no religioso, o que veio a definir novos rumos para essa disciplina.

Por opção e acesso às informações, a caracterização histórica que propomos estudar de forma mais detalhada inicia-se a partir dos anos 1990. Essa disciplina acontecia em algumas escolas de forma isolada e fragmentada como “aula de religião”, sem nenhuma forma de organização, nem acompanhamento pedagógico. Segundo Azimar Fernandes⁴, a Coordenação Estadual de Ensino Religioso (Ceer) não possui registros históricos anteriores aos anos 1990; o que se sabe é que cada professor “fazia como queria” e “como entendia” esse componente curricular. No discurso da coordenadora, percebemos claramente, que o ensino desta disciplina estava voltado para o fortalecimento e a prevalência do catolicismo.

A partir de 1994, por uma iniciativa conjunta, primeiro da Arquidiocese da Paraíba em parceria com a Secretaria Estadual da Educação, a disciplina começou a se organizar. Foi criada uma Ceer. Naquele ano o Conselho Estadual de Educação baixou a Resolução nº119/94, normatizando a disciplina e nesse documento regulamentava a formação de uma Comissão de Ensino Religioso (Coer). E assim formou um grupo composto por representantes das Dioceses da Paraíba e de Igrejas Evangélicas Cristãs como: Batista, Presbiteriana do Brasil, Congregacional, Assembleia de Deus e Betel Brasileiro.

Com o trabalho dessa Comissão, no ano de 1996 foi implantada a disciplina no Fundamental II em todas as escolas estaduais. Essa luta resultou de alguns encontros sistematizando trabalhos que envolviam desde reuniões com gestores regionais e de escolas, até a capacitação de professores para trabalhar os conteúdos necessários a serem ministrados. Também durante esses três anos (1994-1996) a Coer elaborou uma Proposta Norteadora para o Ensino Religioso na Paraíba, que contém os seguintes princípios:

O Ensino Religioso é parte integrante da educação, vista como pleno desenvolvimento da pessoa;
Os pais e alunos têm direito à educação de acordo com os princípios éticos e sociais coerentes com a sua fé, inclusive no âmbito escolar;
O Ensino Religioso, como disciplina, dispõe de horário normal nos Estabelecimentos Públicos de 1º. e 2º. Graus;
Compete à Autoridade Religiosa declarar se os professores indicados pelas Escolas entre aqueles da Rede Oficial, são idôneos para exercer a função e encaminhar a declaração à Comissão de Ensino Religioso, para o devido credenciamento.

⁴ Coordenadora do Ensino Religioso da Paraíba.

Essa proposta é complementada, ainda, por um item que fala especificamente da urgência da implantação e implementação do Ensino Religioso nas Escolas da rede pública dos Estados da Nação, impondo-se face às seguintes evidências:

No mundo em que vivemos carregados de valores e contravalores, as pessoas, grupos e povos clamam por amor e justiça, verdade e liberdade, dignidade e paz;

Do mesmo modo, tornam-se mais agudas e desafiantes as perguntas que as pessoas e grupos se fazem sobre o sentido da vida humana e a sobrevivência da humanidade;

Essa situação se reflete de modo dramático na educação das novas gerações e a educação da dimensão religiosa torna-se urgente como elemento resgatador, integrador e iluminador de todo processo educativo (PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA O ENSINO RELIGIOSO NA PB, 1995, p. 3).

Com base nesses princípios, a Comissão de Ensino Religioso, contando com a colaboração dos gestores escolares e da Secretaria Estadual de Educação, realizou no 2º semestre de 1996 a I Capacitação para Professores de Ensino Religioso, com 80 (oitenta) horas/aula, em dois polos: no município de Sousa-PB, para atender os professores do sertão e em Sapé-PB, para os professores da capital e municípios circunvizinhos. A capacitação foi um sucesso e participaram 201 (duzentos e um) docentes que se aperfeiçoaram para trabalhar o Ensino Religioso à luz da Lei nº 5.692/71.

A partir daí começou um trabalho sistematizado de acompanhamento bimestral às 12 (doze) Regionais de Ensino, promovido pela Coordenação Estadual de Ensino Religioso e acompanhado pela Coer. Com essa ação, conseguiu-se estabelecer um novo parâmetro para o Ensino Religioso dentro de um contexto supraconfessional.

[...] valorizando a diversidade cristã e cultural da sociedade paraibana, tendo como finalidade, facilitar a compreensão do educando, à luz dos princípios evangélicos, em relação a si mesmo, ao outro, ao mundo com e no qual se inter-relaciona, e a Deus que se manifesta onipotente, onisciente e onipresente no processo histórico de construção da humanidade (PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA O ENSINO RELIGIOSO NA PB, 1995, p. 3).

A disciplina na época tinha a concepção de religare, “cuja finalidade era tornar as pessoas mais religiosas, com característica de formar pastorais” (FONAPER, 1998, p. 26); era um ensino voltado para transmissão de valores morais e religiosos.

3.2 DESAFIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA DISCIPLINA

No Estado da Paraíba houve uma mudança equivocada e polêmica quando a LDB tratou a disciplina “[...] oferecida sem ônus para o poder público e em horários contrários ao normal de aulas.” (LDB, Art. 33, antiga redação). A Proposta Curricular das Escolas Estaduais sofreu alterações administrativas e determinou que o Ensino Religioso fosse oferecido aos sábados. Esse fato ocorreu em janeiro de 1997, período de férias.

Mesmo assim, provocou inquietação no grupo de professores dessa disciplina que ficaram preocupados em como ficaria o Ensino Religioso sendo oferecido nos finais de semana. Esse acontecimento era único no Brasil, pois nos demais estados não alterou o dia de aula desta disciplina, gerando, assim, um embate e resistência por parte dos profissionais e militantes paraibanos na área, particularmente na rede estadual.

Unindo forças, professores, coordenação e Comissão de Ensino Religioso, procuraram o Secretário de Educação para protestar contra a decisão e reivindicar a volta da disciplina para o horário normal de aula. Após vários encontros e conversas, o secretário resolveu designar um Grupo de Trabalho para estudar as insatisfações dessa mudança de horário.

A Coer enviou um representante para integrar a equipe e após dois meses de trabalho, a disciplina voltou a ser oferecida durante a semana. Naquele momento, o fato ocorrido representou muito bem a falta de apoio e de políticas públicas por parte do sistema estadual de ensino ao Ensino Religioso que precisa ter a mesma atenção das demais disciplinas do currículo escolar.

Naquele ano de 1997, a Paraíba juntamente com os outros estados participou da mobilização nacional, coordenada pela Fonaper e conseguiu com a Lei nº 9.475/97 mudar o Art.33, que antes tinha a seguinte redação:

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecida, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I - Confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas igrejas ou entidades religiosas;

II - ou Interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa. (LDB nº 9.394/96, Art. 33, antiga redação).

Todas essas mudanças exigiam da Coer um trabalho árduo: a presença urgente em todas as regionais, reunindo gestores e professores para estudarem a nova proposta de acordo

com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso. As visitas viabilizaram muitas aprendizagens e conhecimento abrangente da real situação do Ensino Religioso no Estado. Constatou-se a necessidade de planejar uma capacitação continuada dos professores em exercício na disciplina, pois até o momento ainda não havia curso específico para esta área.

A partir daí, esse componente curricular começou a tomar um novo rumo e os envolvidos na área sentiam necessidade de adequar a didática do Ensino Religioso com o que pedia a lei vigente. A realidade clamava por uma formação dentro dos novos parâmetros do Ensino Religioso. Com isso, a Coordenação Estadual da Paraíba aderiu e coordenou o Curso de Capacitação Docente para o Novo Milênio (2000), ministrado pelo Fonaper, para 127 professores assim distribuídos: 100 professores do sistema estadual, 22 da rede municipal de João Pessoa e 5 de escolas privadas.

O curso foi realizado de forma semipresencial, com carga horária de 150 horas, distribuídos em 120 a distância e 30 presenciais. Os participantes estudavam através de módulos e mensalmente assistiam às aulas nas respectivas Regionais de Ensino. A capacitação em nível de extensão trouxe uma visão geral acerca do conhecimento religioso, abordando as religiões de matriz ocidental, oriental, indígena e africana, bem como a didática pedagógica para atuação do profissional dessa disciplina na escola.

Ao final, 56 professores concluíram e os demais retomaram na turma seguinte. Atualmente o curso está parado por falta de recursos financeiros e de ministrantes para as aulas. Com isso os professores estão sem poder concluí-lo.

Além dessa formação, também existiu acompanhamento sistemático, através de visitas feitas pela Coordenação Estadual de Ensino Religioso às Regionais de Ensino e escolas. Essa experiência começou de 1997 até 2001, proporcionando ajuda aos professores que ingressam na disciplina, sem mesmo saber a finalidade desta. Com a mudança de governo em 2002, a Secretaria Estadual de Educação deixou de autorizar e apoiar as visitas de acompanhamento, e os encontros sistemáticos deixaram de acontecer.

Ainda assim, cada Regional de Ensino mantém uma coordenadora local para apoiar os professores da disciplina, organizando e promovendo capacitações continuadas. Infelizmente, pela rotatividade que existe entre as coordenadoras regionais, o trabalho realizado acaba sendo comprometido com a inexistência de sua continuidade, ocorrendo sempre uma quebra nas atividades realizadas, que ficam sempre inconclusas.

Há Regional de Ensino que não tem coordenadora de Ensino Religioso e os professores ficam trabalhando isoladamente e sem acompanhamento. Esse fato reforça a

constatação do descomprometimento das políticas educacionais com esse componente curricular, não oferecendo sequer uma coordenadora para apoiar os professores, deixando-os “sozinhos” sem encontro de planejamento, sem apoio pedagógico e acompanhamento sistemático, e sem abrangência do conhecimento plurirreligioso.

Contando com o apoio da SEC/PB e dos bispos da Paraíba, a Coer e a Coordenação de Ensino Religioso estiveram presentes a todas as sessões do Fonaper, realizadas em várias capitais. Essa presença viabilizou um aprendizado significativo e uma incorporação mais eficiente das ideias do Fórum, dos PCNERS e da mudança do Art. 33 da LDB, aprendendo-se que “a aceitação do novo não pode ser negada ou acolhida só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas cronológico.” (FREIRE, 1996, p. 39). Essa ideia merece ser consolidada e incorporada no cotidiano da educação que particularmente gosta de aderir sempre ao novo e descartar o velho, sem muitas vezes fazer-lhe nenhuma análise crítica.

O envolvimento e o apoio do Fonaper contribuem para o fortalecimento deste componente curricular. No entanto, ainda falta muito para que o Ensino Religioso se realize plenamente nas escolas. A consolidação do Curso de Graduação em Ciências das Religiões oferecida a partir de 2009, na UFPB, dará sustentabilidade para o desenvolvimento do conhecimento religioso nas escolas públicas, cujo objeto de estudo é o fenômeno religioso.

Com a graduação, espera-se que esse profissional adquira uma melhor qualificação para o desenvolvimento de suas habilidades. Logicamente quem ganhará com tudo isso serão os alunos e a sociedade, a qual terá num futuro próximo pessoas que saibam respeitar o diferente.

Apesar dessas formações baseadas nos novos rumos dados ao Ensino Religioso no Estado, é muito comum em debates públicos sobre a legislação, que alguém denuncie a distância entre lei e realidade. Quase sempre o que está no papel não passa de ideal, de sonho não concretizado na prática. E isso não é diferente nessa disciplina. Constantemente vemos a grande distância entre o que está na LDB Art. 33 e o que os docentes fazem na prática, tendo muitas vezes posturas proselitistas, quando impõem em sala de aula sua confissão de fé. Ressaltamos que “colocar na lei é fácil, fazer é complicado” (PAULY, 2002, p. 25).

Esse é um argumento tão consistente quanto perigoso, pois pode levar à falsa conclusão de que as leis não fazem diferença nenhuma. Faz-se necessário reverter essa situação, fazendo valer a lei na realidade e assim colaborar para a construção da cidadania com mais riqueza na moral, na ética e nos valores humanos. Declara Kuhn (2005, p.121-123):

Nesse sentido, o Ensino Religioso é apontado como sendo fundamental na perspectiva da educação integral, especialmente na formação de valores e atitudes de solidariedade e respeito humano. [...] A seu ver, [...] a formação religiosa nas escolas é dever de quem se propõe a formar cidadãos livres e conscientes.

Alguns autores, a exemplo de Oliveira (2008) e outros estudados aqui, ressaltam a importância dessa disciplina no currículo escolar como eixo norteador de uma educação direcionada para aprender a conviver com o diferente.

Apesar disso, a questão do Ensino Religioso nas escolas públicas paraibanas foi e continua sendo motivo de grandes debates e discussões por tratar-se de um tema polêmico e controverso. As discussões em torno dessa questão são motivadas pela defesa de uma escola laica e neutra em matéria religiosa, por parte de grupos secularistas.

Sobre isso Weber (2006, p. 61) argumenta que, nos dias atuais, nessa sociedade capitalista excludente, “[...] qualquer relação entre crença religiosa e a conduta é em geral ausente. As pessoas imbuídas do espírito capitalista tendem hoje a ser indiferentes à religião que é para muitas pessoas um meio de se afastar do trabalho neste mundo.” Há grupos religiosos e outras pessoas do meio social, que defendem que os estabelecimentos públicos não podem servir de espaço para a pregação religiosa, isto porque

Ao longo da história brasileira e em grande parte dos países europeus, os grupos religiosos minoritários (protestantes, espíritas e judeus) aliaram-se aos laicistas, com a finalidade de que o grupo religioso hegemônico (Catolicismo Romano) perdesse sua influência na esfera educativa. Dessa forma, a bandeira da laicidade do ensino não foi erguida tão somente pelos liberais, republicanos, maçons, socialistas e positivistas, mas também por grupos religiosos minoritários, contrários ao predomínio da Igreja Católica no campo do ensino (CATROGA, 2006, p. 54).

E há os que argumentam que a escola tem a obrigação de oferecer tal ensino, dentro da proposta curricular regular. Sobre isso Durkheim (2004, p. 31) afirma que “[...] desde muito tempo os primeiros sistemas de representações que o ser humano produziu do mundo e de si mesmo são de origem religiosa.” Uma boa justificativa para inclusão dessa área do conhecimento na proposta curricular da escola.

Os defensores desta disciplina partem do pressuposto de que a religião é uma das vias criadas pelo homem para responder aos seus questionamentos a respeito do significado e do propósito da vida, conferindo sentido à sua existência. Entendem que a visão religiosa do homem e do mundo tem a capacidade de explicar a origem do mal, o significado do sofrimento e da morte e de tantos outros temas polêmicos na sociedade.

Os grupos religiosos que defendem o Ensino Religioso nas escolas públicas o concebem como algo positivo, cujo objetivo é educar a dimensão religiosa do ser humano. Percebem o religioso como manifestação cultural, como algo sempre presente nas sociedades humanas, que precisa ser estudado e compreendido. Entendem a religião como um conjunto de princípios morais necessários à manutenção da sociedade. Não aceitam uma moral laica, autônoma e desvinculada da religião.

A escola é um desses terrenos, de onde não se pode excluir a religião, porque é nela que se forma a alma da juventude, problema de estrita competência da igreja. Em quase todo o mundo se debate hoje a questão escolar. E, qualquer que seja a orientação dos que desse assunto cogitam, reconhecem todos que a escola será por Deus ou contra Deus; indiferente nunca. A escola leiga é um mito, em que ninguém mais acredita (MOOG, 1981, p. 112).

Estudamos as religiões para termos consciência de seu significado na vida do indivíduo e sua função na sociedade. Discernir o dado religioso é assumir posturas cidadãs, perante suas manifestações e relações com as diversas dimensões da vida humana. É uma habilidade indispensável para a educação dos cidadãos, oriundos de qualquer credo, ou mesmo sem nenhum credo.

Esse debate continua em discurso e acaba potencializado pelas diferentes interpretações da lei. "Definições sobre a forma de financiamento, perfil dos professores e conteúdo a ser trabalhado ficaram sob a responsabilidade dos sistemas de ensino, estaduais e municipais." (PASSOS, 2007, p. 22). O Fonaper tem dado uma boa orientação aos sistemas educacionais, mostrando caminhos e possibilidades.

3.3 O CONSELHO ESTADUAL DE ENSINO RELIGIOSO

Com a alteração da Resolução Estadual nº119/94, foi editada a nova Resolução pelo Conselho Estadual de Educação (CEE). No texto faz-se uma exigência legal à organização do Conselho Estadual de Ensino Religioso (Coer). A Secretaria Estadual de Educação não tem dado o apoio necessário e com isso alguns entraves vêm impedindo a criação deste, que deverá contar com a presença não somente dos representantes das Igrejas Cristãs, como também dos não cristãos, como a Comunidade Budista, Federação Espírita Paraibana, Federação dos Cultos Africanos, representando a diversidade cultural religiosa do povo paraibano.

Para a organização desse Conselho, a Comissão de Ensino Religioso, convidou novos integrantes para o grupo. Estão integrando atualmente, além das Igrejas fundadoras, a Igreja Luterana, a Igreja Episcopal Anglicana e a Igreja Metodista. E como existe certa resistência em aceitar a presença de outros segmentos religiosos, a comissão realizou uma capacitação de 20 horas/aula, para seus integrantes e mais os coordenadores regionais de Ensino Religioso.

Essa ação se constituiu num grande passo para o entendimento do “Novo modelo dessa disciplina que procura iluminar, com o conhecimento da transcendência, o processo da educação para a cidadania e ser protagonista na transformação do mundo.” (CARNIATO, 2003, p. 42). A formação proporcionou a união das denominações religiosas presentes, para juntas se conhecerem e buscarem o ponto comum que existe entre elas e assim aprenderem a conviver enquanto instituições representantes no conselho, focando sempre a contribuição para mudança e fortalecimento do Ensino Religioso como área do conhecimento.

3.4 AÇÕES SIGNIFICATIVAS DO ENSINO RELIGIOSO NO ESTADO DA PARAÍBA

Uma das funções da Comissão de Ensino Religioso é incentivar a organização da disciplina nos Sistemas Municipais de Ensino e nas propostas pedagógicas das escolas. Com isso, a Coordenação Estadual de Ensino Religioso organizou uma conferência na cidade de João Pessoa, em 2004, cujo tema abordou: *Ensino Religioso – Uma Área do Conhecimento*, e contou com a presença de aproximadamente 90 (noventa) professores, que na ocasião discutiram a legitimidade da disciplina e seu significado no currículo da escola, bem como foram debatidos os novos rumos do Ensino Religioso no Estado. Essa vivência desmistificou alguns entendimentos equivocados quanto à disciplina e cativou profissionais da educação para serem professores na área.

Outra experiência de sucesso foi na Regional de Patos, onde a Coordenação de Ensino Religioso, mais a Coer, juntamente com o secretário municipal da educação, planejaram, organizaram e executaram o I Fórum Municipal de Ensino Religioso, ocorrido em maio de 2005. O evento contou com a participação de 208 (duzentas e oito) pessoas, entre autoridades civis e religiosas, líderes, representantes das universidades e educadores em geral.

O tema abordado foi: *Ensino Religioso – Uma Área do Conhecimento*, Na ocasião, o prefeito da cidade baixou uma portaria designando uma comissão para coordenar a discussão sobre o Ensino Religioso, e criar o Conselho Municipal de Ensino Religioso (Comer), o primeiro na PB. Infelizmente essa ideia ainda continua no papel, mesmo com muita

persistência das professoras Azimar Fernandes e Diana Lucena⁵, que batalham incansavelmente para criação desse Conselho.

Em fevereiro de 2006, a Coordenação Estadual de Ensino Religioso, publicou uma plaquete: “ENSINO RELIGIOSO HOJE – princípios, objeto e objetivos do Ensino Religioso Escolar”, apresentando os conteúdos para o Ensino Fundamental, como eixos norteadores para a organização das aulas dessa disciplina. Esse documento se constitui num referencial para aqueles que necessitam de apoio pedagógico, sobre como e que tema abordar em sala de aula nesse componente curricular.

Em João Pessoa/PB, a partir de 2006 a rede pública municipal de ensino implantou nas escolas o Ensino Religioso no Fundamental II. Previamente, ocorreu um Seminário de Sensibilização para a importância da disciplina, ministrada pela professora Maria Inês Carniato, uma educadora comprometida na área de Ensino Religioso. No seminário foram apresentadas as Diretrizes do Ensino Religioso conforme os PCNER, envolvendo a legislação e o perfil do professor.

No 2º semestre de 2006 houve um Curso de Capacitação com 120 horas aulas, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação. Os temas estudados foram embasados no Curso de Ensino Religioso: Capacitação para Um Novo Milênio (ano 2000), do Fonaper, oferecido em módulos. O seminário e essa capacitação constituíram um bom passo para implantar a disciplina na rede municipal e se constituiu como um fato inédito, já que convencionalmente no Estado, primeiro se implanta e depois é que pensam em capacitação. Com isso, João Pessoa deu um salto positivo em levar para sala de aula o professor com pelo menos uma formação mínima. Esse curso proporcionou aos professores do município uma visão ampla sobre as diversas culturas e tradições religiosas.

A partir de 2008, a convite da Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa, a UFPB assumiu a formação continuada dos professores de Ensino Religioso, onde é abordado com muita propriedade o Ensino Religioso sob uma ótica epistemológica e as religiões nas suas diversas formas de expressão.

A vinda dessa instituição de excelência em educação que é a UFPB, que vem tratando de estudar as religiões como ciência, deu ao município uma grande oportunidade de formar professores que, de fato, levem o conhecimento plural das religiões para a sala de aula e assim erradicar o proselitismo que por ventura ainda exista. Além disso, sensibiliza e motiva os

⁵ Coordenadora à época do Ensino Religioso da 5ª Regional de Ensino na cidade de Patos- PB no ano 2010.

professores a ingressar em um curso de graduação ou pós-graduação em Ciências das Religiões, oferecido nessa instituição.

O município tem uma Coordenação Municipal de Ensino Religioso, que é atualmente assumida pela professora Maria José T. Holmes, Especialista e Mestre em Ciências das Religiões. Esta coordenadora faz um acompanhamento sistemático, com organização e acompanhamento de formações e visitas às escolas. “[...] embora com muitas dificuldades, porém com dignidade, por isso continuamos com a luta e com o compromisso de divulgar essa área do conhecimento que só vem incluir e somar na construção do cidadão ético.” (informação verbal) ⁶.

3.5 FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO RELIGIOSO

O Ensino Religioso na Paraíba, com um olhar para a prática pedagógica dialógica, exige uma relação crítica e construtiva entre educadores e educandos com seus respectivos universos culturais, defendidos por Freire (1991). Também, no caso dessa disciplina, o ato de ensinar não significa transferir conhecimento religioso, mas assumir a religião como um fenômeno sociocultural a ser conhecido como parte da apreensão da realidade, da formação do sujeito e da responsabilidade para com a sociedade. Isso exige formação e conhecimentos bastante sólidos na área. Desde então, reafirmamos e consolidamos a ideia da licenciatura em Ensino Religioso no curso de Ciências das Religiões.

As Ciências das Religiões têm como objetivo específico ajudar a conceituar os “progressos” desse particular campo disciplinar. Esse progresso se dá na decifração e entrada em campos desconhecidos e em fontes até então inacessíveis (FILORAMO, 2003, p. 169). Para esse autor as Ciências das Religiões proporcionam saberes jamais vistos e divulgados pela teologia, filosofia, antropologia, psicologia. Por isso a importância de uma formação para os profissionais dessa disciplina.

Paradoxalmente a essas necessidades do perfil docente, vemos que ainda hoje o Ensino Religioso é entregue aos professores de outras disciplinas, sem a formação específica para ministrarem aulas nessa área de conhecimento. Daí constitui-se numa preocupação central para o Ensino Religioso nas escolas, como estão sendo ministradas tais aulas.

Refletindo sobre este aspecto percebemos que há uma escassez bastante elevada de cursos para professores dessa disciplina. Observamos a real necessidade de elaboração de

⁶ Relato da Coordenadora Maria José Torres Holmes em 04/05/2008.

diretrizes estaduais para formação docente em Ensino Religioso, partindo da realidade local, bem como de elaboração de um Projeto Político-Pedagógico que incluía desde a capacitação dos docentes até os conteúdos curriculares a serem trabalhados em sala de aula.

Essa luta não isenta dizer que, apesar da escassez de formação, muitos profissionais envolvidos na educação estão tentando mudar o conceito sobre Ensino Religioso. Os professores, na medida do possível, procuram dar um novo sentido a essa disciplina. E já é possível em algumas escolas observarmos práticas que vêm sendo executadas, para maior entendimento da diversidade cultural religiosa. Essa melhoria vem acontecendo graças ao incentivo do Fonaper, que em todo o Brasil, a partir do ano de 2000, vem oferecendo formação para os professores de Ensino Religioso em parceria com as Secretarias de Educação.

Em se tratando de uma formação com um olhar para o estudo das Ciências das Religiões, destacamos a Paraíba, que vem oferecendo especialização e mestrado na área. Essa ideia se originou quando a Comissão de Ensino Religioso encaminhou, em 2004, o Projeto de Licenciatura em Ciências das Religiões à Universidade Federal da Paraíba. Esta apresentou uma contraproposta de começar pelo curso de especialização, por ter um processo de tramitação mais curto. Fez-se uma pesquisa de demanda para verificar quantas pessoas no Estado teriam interesse por um curso de Ciências das Religiões e, para surpresa, a pesquisa extrapolou a expectativa e o Curso de Especialização foi encaminhado através da professora e doutora Neide Miele, que organizou o Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões na UFPB.

Em 2005 começou a primeira turma de Especialização em Ciências das Religiões. No ano 2007 foi implantada a primeira turma de Mestrado em Ciências das Religiões do Nordeste, sendo o segundo em uma Universidade Federal no Brasil. E assim, aos poucos, recebem a formação de especialistas na área muitos professores que trabalham com o Ensino Religioso no Ensino Fundamental.

A nomenclatura de Ciências das Religiões que a UFPB adotou para o curso deu um sentido mais amplo e inédito no país, já que nas demais universidades (públicas e privadas) brasileiras o curso é chamado de Ciências da Religião. Neste sentido, a Paraíba sai na frente, enfatizando o estudo das religiões e não da religião como enfatizam as outras universidades.

A habilitação do professor num curso de Licenciatura em Ciências das Religiões é necessidade premente. A Paraíba inaugura, em 2009, o primeiro curso de graduação em Ciências das Religiões, na modalidade presencial, abrindo um leque de oportunidades acadêmicas de formação para os professores de Ensino Religioso do Estado.

Com isso espera-se que logo a Paraíba reverta o quadro de discriminação, proselitismo e falta de formação para um perfil de docência valorizada, capacitada e trabalhando o Ensino Religioso como área do conhecimento, estimulando todos os municípios a implantarem a disciplina, já que em sua maioria não existe, por falta de professores capacitados na área.

E como forma de mais acessibilidade, é preciso que o curso de Ciências das Religiões seja oferecido na modalidade à distância, garantindo acesso de formação e permanência nos estudos àqueles professores que moram distantes da UFPB e que não podem participar de um curso presencial.

Ter uma graduação e pós-graduação em Ciências das Religiões significa uma abertura para a interculturalidade e um profissional mais preparado para a transmissão e para o diálogo com a diversidade. A disciplina de Ensino Religioso no Estado vai ganhar muito com isso e num futuro próximo transcenderá a tradição de proselitismo cristalizado ao longo do tempo.

As Ciências das Religiões podem oferecer a base teórica para o Ensino Religioso, posicionando-se com base na mediação epistemológica, para as finalidades educacionais em cursos de licenciatura. E a disciplina de Ensino Religioso constituirá no ensino das religiões na escola sem o pressuposto da fé (que resulta na catequese, doutrina e proselitismo), mas com o pressuposto da religiosidade (com pesquisas sobre as manifestações religiosas populares), junto ao pressuposto pedagógico e epistemológico (que resulta no estudo das religiões).

A trajetória do Ensino Religioso na PB retrata a luta dos educadores que anseiam por formação de qualidade e continuada, para garantir aos alunos oportunidades de compreenderem o conhecimento religioso, a diversidade cultural religiosa existente no seu meio e exercitarem, através do diálogo e da tolerância, o seu papel de cidadão.

Acreditamos que “[...] as diversas formas de diálogo levam a concretização nas relações entre gerações, entre os próprios alunos e professores e alunos” (FREIRE, 1996, p. 51). Paulo Freire buscou a educação como prática de liberdade, como práxis de libertação pessoal, para ação engajada de conhecimento e transformação da realidade de opressão. Almejamos isso no Ensino Religioso como um grande aliado da tolerância e do respeito ao diferente.

Como estudo pioneiro na Paraíba, temos uma dissertação da Ms. Gracileide Alves da Silva, que realizou nos anos de 2007 a 2009 um trabalho inédito intitulado: “O Ensino Religioso na Paraíba: desafios na formação docente e no contexto educacional”. Realizado através de uma pesquisa de campo, envolvendo as 12 Regionais de Ensino e um total de 232 professores de Ensino Religioso, compreende uma amostra de 49% do total de docentes.

Os resultados evidenciaram que no Estado a formação docente no Ensino Religioso ainda é muito recente e teve início a partir do ano de 2000 com cursos de extensão oferecidos pelo Fonaper. Isso tem levado muitas escolas a assumirem, ainda, posturas e práticas de ensino-aprendizagem voltadas para uma proposta confessional católica.

O projeto de Ensino Religioso na PB ainda diverge muito da proposição da legislação vigente e das orientações da Coordenação Estadual de Ensino Religioso. Estes dados suscitam três questões importantes: a) nem sempre a mudança na legislação é acompanhada pela mudança no cotidiano escolar; b) a presença em eventos e o acompanhamento das reflexões não garantem automaticamente a mudança da prática educativa; c) é necessário acompanhar o cotidiano do professor, procurando constatar as dificuldades de compreensão e os avanços.

A Paraíba possui uma diversidade de modelos de Ensino Religioso, o que se desenha em função de iniciativas locais e não de uma diretriz comum, capaz de produzir uma prática docente consciente para o ensino em âmbito paraibano.

Ainda há muitos professores leigos lecionando a disciplina sem nenhuma formação na área específica e o resultado disso é a desvalorização da disciplina no contexto escolar, além de o professor não possuir respaldo teórico para debater tal assunto quando questionado.

Nas cidades da região litorânea, próximas de João Pessoa, sede da Coordenação Estadual de Ensino Religioso, a postura pedagógica de grande parte dos professores dessa disciplina, atualmente, é de mudança. Várias iniciativas proporcionadas pela rede pública, assim como por iniciativa pessoal, são fatores que vêm colaborando para isso.

Porém, há ainda aqueles que confundem a disciplina/conteúdo com religião. Frequentemente encontramos professores que possuem uma dinâmica simbólica estritamente cristã e grande dificuldade para lançar um novo olhar no mundo plural do fenômeno religioso. Na nossa trajetória de professora e pesquisadora, percebemos que esses profissionais ainda sentem a vontade de encontrar no Ensino Religioso a chance de exercitar sua “vocação evangelizadora e/ou catequética”. Um exemplo é o discurso que escutamos nas visitas por ocasião da realização da pesquisa nas Regionais de Ensino do Estado. No momento da apresentação pessoal eles falavam: “*sou professor(a) de religião*”⁷. Esse discurso afirmativo revela a postura proselitista que muitos ainda têm, fruto também da trajetória da disciplina que ao longo da história se caracterizava como meio de tornar as pessoas mais religiosas e/ou adeptas do cristianismo católico.

⁷ Informação verbal de alguns professores durante a aplicação do questionário.

Para Schlogl (2005), o Ensino Religioso hoje se sustenta pelo estudo e compreensão da dinâmica que o universo simbólico cultural religioso estabelece nas relações intra ou interpessoais. O modelo inter-religioso vem cada vez mais se afirmando, ocupando o espaço que antes era exclusividade da Igreja Católica, buscando transcender os muros divisórios entre as diferentes denominações religiosas. Com essas mudanças, presentes na Paraíba e em todo o país, o perfil do professor precisa ser constantemente modificado e aperfeiçoado.

Os cursos contribuem para modificação e ampliação do universo simbólico dos educadores, ganhando novas perspectivas e significações. Com isso, sua capacidade de olhar o mundo e compreendê-lo adquire um aspecto facilitador do trabalho com a disciplina de Ensino Religioso. Entretanto, um fator negativo é a falta de estabilidade dos profissionais. A grande rotatividade dos professores impede a realização e aprofundamento de reflexões na formação continuada.

Entendendo que a escola exerce um papel preponderante na formação para a cidadania, em busca de uma sociedade mais harmoniosa na convivência consigo mesma e com o mundo que a cerca, realizamos esta pesquisa de campo que gerou informações e provocou inquietações na formação dos profissionais de Ensino Religioso da Paraíba, bem como o comprometimento que a escola e os docentes têm com o estudo do fenômeno religioso que se manifesta de forma plural nesta sociedade heterogênea em cultura religiosa.

O momento na Paraíba é para reflexão sobre a necessidade de continuar o investimento em educação, na formação inicial, ao longo da vida profissional, de forma contínua, efetiva e eficiente. Uma educação que torne mais humanos e humanizadores seus agentes, com formas de vida mais digna, mais feliz e mais respeitável na construção de sujeitos. Isso deve ser o foco na formação docente em Ensino Religioso, que mesmo começando tarde oferece perspectivas de contribuições significativas no campo da educação, o que será remetido para a sociedade.

4 UM OLHAR SOBRE O ENSINO RELIGIOSO EM SALGADO DE SÃO FÉLIX

Neste capítulo apresentaremos um breve histórico do município de Salgado de São Félix, falando sobre a origem do nome da cidade, da economia, educação, cultura, entre outros temas; abordaremos também a realidade do Ensino Religioso nas Escolas Estaduais situadas nesse município; e, por último, apresentaremos os resultados da pesquisa realizada e discutiremos os dados apresentados.

4.1 VISÃO GERAL DE SALGADO DE SÃO FÉLIX

Salgado de São Félix está situado na Microrregião Agreste do Estado a 105 km da capital João Pessoa, com uma população de 12 mil habitantes, conforme o Censo 2010. O nome da cidade, como muitas outras no Brasil, deriva do nome do seu santo padroeiro, uma imagem de São Félix trazida por monges franciscanos, que construíram uma capela à margem do riacho Salgado, situada na entrada da cidade, e fizeram a junção do nome em alusão à imagem e local em que foi construída a capela e assim ficou Salgado de São Félix.

A cidade é banhada pelo rio Paraíba, o maior do Estado da Paraíba. Esse rio nasce na serra de Jabitacá, no município de Monteiro e suas águas, como em outras cidades, são de grande riqueza para toda a região. Salgado de São Félix tem o privilégio de ser beneficiado por grandes proporções territoriais, pois nele se encontram várias localidades: Jurema, Juá, Areal, Rua Nova, Muros, Dois Riachos (distrito), Canto Alegre e Rodeador, todas banhadas pelo rio. Em Salgado se encontra a barragem de Acauã Mirim.

O rio traz vários benefícios para a agricultura no cultivo do milho, feijão, legumes, hortaliças e das frutas, devido ao sistema de irrigação. A pecuária também é beneficiada pelas águas desse ribeirão na criação de gados bovinos, caprinos e ovinos. Devido a isso, se tem o melhor queijo da Microrregião Agreste durante todo o ano. Possibilita também o desenvolvimento de viveiros de camarões, situados nas fazendas de grande, médio e pequeno porte, em forma de barreiros equipados com todo o aparato necessário para uma boa produção. O cultivo do camarão gera empregos diretos e indiretos garantindo a empregabilidade dos que cuidam dos viveiros e dos que limpam, selecionam e embalam, deixando-os prontos para a entrega em nosso Estado e em outros estados brasileiros do Nordeste, Sul e Sudeste.

O município é rico em calcário. No século passado produzia grandes quantidades de cal por dia, exportando para quase todos os estados do Nordeste. Por falta de incentivo e investimento essa atividade foi desativada, provocando um desaceleramento na economia local.

Na década de 1980, nessa mesma localidade, os problemas causados pela concentração da terra nas mãos de latifundiários trouxeram crescente empobrecimento para as famílias dos agricultores, provocando a sua expulsão do campo. A luta pela terra teve sua referência maior em Alagamar, uma grande extensão territorial, que pertenceu a um latifundiário chamado Arnaldo Maroja que detinha todo o poder como proprietário sobre os agricultores que na qualidade de moradores deviam-lhe obediência. Com a sua morte, na década de 1970, vieram mudanças em todos os sentidos, quando os herdeiros fizeram o despejo dos moradores que já estavam enraizados na terra, na criação de gado e nas plantações.

A resistência dos agricultores contou com o apoio da Arquidiocese da Paraíba, que enviou freiras para organizar a comunidade, criou escolas, associações, edificou igrejas. Na época, o Arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires tomou a frente em defesa dos moradores e posseiros. Durante toda a década de 1970 houve um aprofundamento espiritual baseado no pão e na ação. Os agricultores contaram também com a ajuda da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização pastoral ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que apoia a luta pela posse da terra para quem nela vive e trabalha, dando assistência aos posseiros na resistência e na sua organização, e na criação de associações, orientando com técnicas de cultivos, escolha das sementes, entre outros. Essa luta culminou em julho de 1980 com a visita do presidente da República João Batista de Oliveira Figueiredo, que veio entregar os lotes das terras aos posseiros num dia histórico para os salgadenses, que se dirigiram para a Fazenda Alagamar, a fim de participar desse evento e pela primeira vez apreciar a visita de um presidente e conferir a vitória de pessoas humildes que lutaram e venceram na crença que a união dos pequenos agricultores faz a força, e ganharam o direito de continuar na terra como donos.

Alagamar é um lugar encantador com suas belezas naturais, muita vegetação e açudes. Os moradores são acolhedores e os que viveram essa experiência são orgulhosos por terem escrito a história com a própria vida, e os filhos e netos, mesmo que não propaguem com tanta eloquência, mostram um sentimento de felicidade e respeito.

O município é rico em cultura, possui três blocos carnavalescos - o Bloco do Pinto, o Boi de Babau e o Bloco do Lula. Esses blocos animam a cidade durante os ensaios e as apresentações e a cada ano crescem em número de participantes. Temos quadrilhas nas festas juninas, criando laços culturais e incentivando os jovens a valorizarem esses festejos, que favorecem a disciplina, o senso de responsabilidade e a noção de conjunto de trabalho em equipe. Durante o período junino, além de animar as comunidades, promovem concursos com rainha do milho, rei do sabugo e outras manifestações, e se apresentam também em outras cidades.

No artesanato destacamos as associações de filé, que é uma arte feita em tear manual, com formas variadas, semelhante à renda de almofadas de bilros. As rendeiras tiveram trabalho exposto na cidade de São Paulo no ano de 2006 e em outras cidades do Brasil. Além de gerar renda, esse artesanato levou o nome da cidade a ser conhecido nacionalmente.

Há pintores talentosos que já exportaram seus trabalhos para vários estados do Sul e do Sudeste. Podemos citar Jocemir Batista, Aliguiere Carneiro e Edvaldo Justino da Silva, entre outros, que são referências por fazerem trabalhos para outras cidades não só do Nordeste, mas de todo o Brasil, pela divulgação de uma maioria de famílias salgadenses que possuem seus quadros e encantam os visitantes. Escritores como Maria de Lourdes Vieira, Maria dos Anjos de Moraes, entre outros; poetas e poetisas, cordelistas, como João Fonseca; violeiros, como Manoel Xudu, havendo até mesmo uma festa do violeiro no mês de dezembro e um programa diário na Rádio Comunitária Salgado FM 87,9. Todas as manhãs os apreciadores têm o prazer de se deliciar com esta arte ouvindo e interagindo para saudar, homenagear ou simplesmente registrar sua audiência.

Há grandes vaquejadas, aproximadamente seis por ano. Esse esporte também atrai vários seguidores de outras cidades que compartilham entre si café da manhã, almoço, encerrando com a entrega de troféus. Outro esporte que faz a animação nas festas dos padroeiros é a cavalgada, um evento muito apreciado pela população.

A religiosidade popular também é muito forte, marcada por grandes manifestações de fé. Durante todo o ano há várias festas de padroeiros (as). São várias, pois todas as comunidades têm capelas com o santo de devoção, onde se realizam tríduos, novenas, trezenas e grandes procissões, além de festa social, com escolha de rainhas, apresentação de pastoril, quermesse, parque de diversões, entre outras atrações.

Salgado é um município onde a maioria das pessoas se conhece. É servido por lojas de acessórios automotivos, de confecções, salões de beleza, panificadoras, supermercados,

postos de gasolina, postos médicos (zona urbana e rural), restaurantes, lanchonetes, agência dos correios e de bancos, óticas, facilitando a vida dos munícipes.

As distâncias entre uma casa e outra são significativas, mas a grande maioria possui televisão, celular e computadores conectados à internet, interligada num mundo globalizado que reduz as distâncias de forma cada vez mais rápida, diminuindo o isolamento.

O transporte mais usado são as motocicletas, mas há transporte alternativo, utilizado pelos moradores e visitantes e que favorecem o deslocamento.

Na educação municipal há duas escolas com Ensino Médio e 19 com Ensino Fundamental, distribuídas nos distritos e comunidades, sendo apenas duas na zona urbana. A maioria das escolas fica, portanto, na zona rural. No entanto, o modo de pensar é cada vez mais do mundo globalizado, que universaliza e massifica o acesso à informação.

Há também três escolas particulares, duas na cidade e uma no distrito de Dois Riachos. Estas são registradas no Conselho Estadual de Educação (CEE) e também contribuem de forma significativa para a educação do município, já que oferecem maternal, jardim I e II, não contemplados na rede pública (estadual e municipal).

Todas as escolas têm suas bandas marciais e se apresentam nos eventos festivos cívicos e religiosos do município, como seja: festa de padroeiro, desfile cívico, abertura de jogos, Dia da Bandeira e outros.

Salgado de São Félix pertence à 12ª Gerência Regional de Ensino, sediada em Itabaiana, em conjunto com mais 14 cidades, que somam um total de 42 escolas estaduais. Essa Regional é formada pelas cidades de Pilar, São Miguel de Itaipu, Mogeiro, São José dos Ramos, Ingá, Itatuba, Riachão do Bacamarte, Juripiranga, Pedras de Fogo, Salgado de São Félix, Caldas Brandão, Gurinhém, Serra Redonda e Juarez Távora. São realizadas reuniões semanais com os diretores, às vezes por cidade, outras vezes no total para tomadas de decisões, repasse de informações e material.

4.2 O ENSINO RELIGIOSO EM SALGADO DE SÃO FÉLIX

Desde a implantação do Ensino Religioso, sempre foi disponibilizado um coordenador, para repasse de informações da comissão estadual nos encontros bimestrais, que têm sido realizados com a coordenadora estadual Prof.^a Maria Azimar Fernandes e Silva com datas previstas e distribuídas com todos os professores do ER, que recebem também a comunicação sobre a realização de cursos, para que os professores se preparem melhor para desempenhar seu papel de educadores do Ensino Religioso da forma como ditam os PCNERS.

No segundo semestre de 1996, aconteceu uma capacitação no Ensino Religioso no centro de treinamento de Sapé-PB. Participamos do Curso de Capacitação para o Novo Milênio, do Fonaper, que muito nos enriqueceu.

Aprendemos que o papel do professor de Ensino Religioso é entender que a diversidade cultural e religiosa existente no mundo globalizado é motivo de abertura para a compreensão da cultura, não como conteúdo a ser assimilado, mas com o diálogo, respeito e tolerância, com a finalidade de trabalhar com o alunado a construção do conhecimento sobre o fenômeno religioso na pluralidade da escola pública, pois é este um dos maiores desafios que o educador enfrenta.

Uma luta muitas vezes frustrada, e que me levou a fazer este estudo em Salgado de São Félix-PB, onde muitos ainda veem o ensino religioso como aula de religião, outros o praticam conforme suas inclinações religiosas, outros deixam a formação de lado, outros ainda não frequentam as formações; há os que estão substituindo professores diante das necessidades da escola e os que estão completando sua carga horária. Como se percebe, há um leque de motivos para que o ER não seja vivenciado como está previsto na LDBENER.

4.3 AS REALIDADES DOS INDIVÍDUOS PESQUISADOS

Nesta seção transcrevemos os dados oriundos da pesquisa de campo, onde tivemos a oportunidade de conviver com os sujeitos, cujos relatos apresentam a realidade do Ensino Religioso nas escolas situadas em Salgado de São Félix, *locus* de nossa pesquisa.

A busca de sua identidade, em meio à cultura, é constante. Ninguém está no mundo por acaso. Algo de si o impulsiona a se expandir, crescer. Existe como que um desejo interior de realização, a busca de um significado da vida. E o Ensino Religioso como componente do sistema de ensino está a serviço do desenvolvimento harmônico de todas as dimensões do ser humano. É elemento qualitativo no desempenho do papel de favorecer o desabrochar da dimensão religiosa do educando. Professores e alunos, seres inacabados, que se interrogam sobre a transcendência, que buscam os fundamentos, o que dá sentido à vida.

4.3.1 As escolas, os alunos e os professores

Esta pesquisa foi realizada ao longo do ano de 2010, bimestralmente. Foi feita em diversas visitas programadas e espontâneas em que se realizaram entrevistas com 06

professores e observações com alunos de ambos os sexos na faixa etária entre 11 e 17 anos, das séries do 6º ao 9º ano.

As entrevistas foram acompanhadas com bastante interesse por parte dos professores. As conversas aconteciam na sala dos professores, no pátio, nas horas de intervalo ou horários vagos, e entre uma conversa e outra íamos costurando as informações e construindo o conhecimento a respeito de fatos que nos levaram a querer fazer esta pesquisa.

Nas observações dos alunos, notei que alguns manifestavam interesse enquanto outros se mostravam desligados tanto em referência à disciplina Ensino Religioso como às demais disciplinas, como se o aprender não significasse grande coisa, que a escola era uma obrigação imposta pelos pais, para outros pontos de encontros e que a responsabilidade maior era com as disciplinas que reprovavam. Mas, em contrapartida, encontramos alunos que se deslumbravam, se descobriam e se encontravam com os temas abordados e os filmes exibidos na disciplina de ER, que davam margem para descobertas com sentidos para os fatos da vida, até então conhecidos superficialmente.

O Diário de Campo foi o instrumento utilizado para fazer as anotações referentes à pesquisa, tanto as entrevistas quanto as observações da realidade do município e dos alunos nas escolas pesquisadas. Foi muito proveitoso, já que nas conversas informais descobríamos fatos de grande relevância a respeito do modo de viver dos alunos e dos professores. Nas revelações descortinavam-se riquezas de conhecimento de mundo, das tradições, das opiniões sobre determinados acontecimentos da comunidade e conseqüentemente da sala de aula.

A motocicleta era o meio de transporte utilizado para o deslocamento, mas isto nunca foi empecilho para as idas e vindas. O que muito facilitou foi o conhecimento dos caminhos a percorrer e sempre ter alguém que me ajudasse nesse meio de transporte, já que os alternativos têm hora marcada para as viagens.

Nas observações durante as visitas e entrevistas ficou claro que o que se faz necessário e urgente é de termos escolas renovadas, com profissionais bem preparados para uma clientela que faz parte de um mundo globalizado onde o aprender precisa ser cheio de sentido, para que não se perca o foco de formar jovens conscientes, responsáveis e comprometido na arte de viver.

As escolas que fazem parte deste estudo situam-se no município de Salgado de São Félix, distribuídas entre a cidade, distritos e comunidade rurais, abaixo relacionadas:

- Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ana Ribeiro (Cidade).
- Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Dois Riachos (Distrito).
- Escola Estadual de Ensino Fundamental N. S. de Fátima (Comunidade de Piacas).

- Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria de Melo (Comunidade M^a de Melo).
- Escola Estadual de Ensino Fundamental Arnaldo Maroja (Fazenda Alagamar).
- Escola Estadual Maria Leonor (Sítio Piacas).

Foto 1 – Escola Estadual da cidade



Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Foto 2 – Alunos e professor da Escola Estadual da cidade



Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Foto 3 – Escola Estadual do meio rural



Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Foto 4 – Alunos da Escola Estadual do meio rural



Fonte: Arquivo da autora, 2011.

Quatro das seis escolas pesquisadas, situadas na área da Grande Alagamar, hoje dividida em Maria de Melo, Piacas de Dentro e Piacas de Fora, têm grande influência do catolicismo.

Os seus moradores, assim como conheceram a liberdade e o direito de viver com dignidade através do conhecimento das freiras que lá passaram ensinando a lutar pelos seus direitos, foram passando de pai para filho a tradição religiosa católica como a única certa e verdadeira, e assim até hoje permanece.

Mas o Ensino Religioso não é o mesmo que o ensino de religião da Igreja Católica nem de uma determinada igreja. Para alguns professores e para quase todos os alunos é difícil de compreender, até para nomear a disciplina. O Ensino Religioso, por não ser o ensino da Igreja Católica na qual são praticantes, perde parte de sua essência como disciplina, e, por mais que se insista em explicar o que é Ensino Religioso, a disciplina fica sempre nomeada como religião.

Mesmo distante da cidade e com caminhos tortuosos e intransitáveis no inverno (pelas cheias dos riachos), o lugar é convidativo, as escolas bem cuidadas, as datas comemorativas são celebradas em grande estilo e as festas religiosas são vivenciadas segundo o costume dos católicos, como a Páscoa, Mês Mariano, Dia das Mães, Natal, entre outros.

A Escola Ana Ribeiro, situada na cidade, é a que possui maior número de alunos. Aí o Ensino Religioso é aceito com mais solicitude. Entre eles há evangélicos de várias congregações, e, pelo menos durante a pesquisa, não se percebeu nenhum preconceito, e nenhum professor fez relatos com esse teor. Os alunos de faixa etária entre 10 e 13 anos participam com mais interesse e de faixa etária de 14 a 17 anos são mais desatentos e por saberem que é facultativo não se interessam, sendo que as meninas são mais assíduas e grandes colaboradoras, incentivadoras para a realização das atividades.

A Escola de Dois Riachos (distrito), situada em uma comunidade que alguns anos atrás era considerada exemplo de uma fé fervorosa do catolicismo, hoje caminha com mais sensibilidade depois que foi construído um conjunto habitacional de grande porte, havendo nele duas igrejas evangélicas. A professora mesmo católica informou que procura realizar o trabalho sem proselitismo, levando o conhecimento conforme o objetivo ao qual se destina e que a grande dificuldade é a falta de interesse e o não comprometimento dos alunos.

De modo geral, no conjunto do município, percebe-se desinteresse dos alunos, principalmente dos maiores entre 14 e 17 anos, pelo ensino reflexivo. Mesmo que alguns professores façam uma motivação, estimulem com questionamentos de vivência, nota-se que preferem a praticidade das coisas, como se o fato de pensar e aprofundar o conhecimento relacionado não fosse algo importante para o seu crescimento como pessoa.

Mesmo assim, em conversa com os alunos, percebe-se temor pelo sagrado, de forma doutrinária. Quando se abre o leque de possibilidades de ir em direção ao outro, eles separam o que têm pronto na forma de pensar e se fecham para um conhecimento mais amplo.

3.4.2 Resultados da pesquisa

Como parte da pesquisa, foi trabalhado um questionário com 06 professores de Ensino Religioso do município de Salgado de São Félix. As respostas que aparecem nos questionários estão organizadas nos quadros que seguem. Elas são significativas, uma vez que retratam parte da realidade do Ensino Religioso na região.

Quadro 01 – Perfil dos entrevistados

Sexo	Masculino	02
	Feminino	04
Idade	30 anos	01
	31 anos	01
	37 anos	01
	39 anos	01
	43 anos	01
	58 anos	01
Qualificação	Cursando Letras	01
	Pós-Graduação em Letras	01
	Licenciatura em Pedagogia	03
	Magistério	01
Tempo de magistério	02 anos	01
	09 anos	01
	13 anos	01
	14 anos	01
	21 anos	01
	24 anos	01
Religião	Católico	04
	Sem religião	02

Fonte: Pesquisa de campo, 2010/2011.

Entre os professores entrevistados, 04 são do sexo feminino e 02 do sexo masculino. A maioria (04) tem idade entre 30 e 40 anos e 02, entre 40 e 60 anos. No que diz respeito à qualificação, a metade é graduada em Pedagogia (03), 01 é graduando em Letras, 01 tem Magistério e apenas um tem Pós-Graduação em Letras (Língua Portuguesa).

O tempo de magistério varia de 02 a 24 anos, sendo que 02 têm menos de 10 anos de ensino e 02 entre 10 e 20 anos e 02 acima de 20 anos. Quanto à filiação religiosa, 04 são católicos e 02 se definem sem religião. Dentre os católicos, EGN, professora há nove anos, afirma: “Sou apenas praticante, participo das missas indo sempre à igreja, mas não faço parte de nenhum grupo”. Já MJC diz participar do “Movimento Equipes de Nossa Senhora” e JMS da “Ordem Franciscana Secular”. Mesmo os que não se identificam com alguma confissão religiosa afirmam que consideram a religião importante. Como motivação religiosa os entrevistados apresentaram:

[Necessito] dela para ter uma aproximação mais eficaz com o sagrado [Deus]. (EGN).

A religião nos permite nortear os ensinamentos que o evangelho traduz. (MJC).

Porque nos educa na fé cristã. (JMS).

Porque através das religiões podemos conhecer o bem e o mal. (MJA).

A religião também faz parte da cultura. (MJA).

Dentre todas as falas, a que mais chamou a atenção foi a de WAV que, mesmo afirmando que não tinha religião, após fazer uma longa explanação sobre a etimologia da palavra e tendo afirmado textualmente que “nenhuma religião, nem homem algum, nem mulher alguma, pode ligar o ser humano com o divino (Deus)”, afirmou:

O Cristianismo é a Única “Religião” Verdadeira. Isto pode soar terrivelmente dogmático e imbecil, mas a simples verdade é que o Cristianismo é a única “religião” verdadeira. Jesus disse que Ele é o único caminho para o Pai (Jo 14:6), que Ele é o único que revelou o Pai (Mt 11:27 Lc 10:22).

Notamos que não só o grande número de católicos influi no Ensino Religioso, mas que essa crença está profundamente enraizada nos docentes de Salgado de São Félix, fazendo com que o ensino se volte para o catolicismo, mesmo sem um proselitismo propositalmente direcionado. Isso fica evidente na fala de WAV, que depois de afirmar e reafirmar não ter religião revela uma tendência ao proselitismo. Estabelece uma contradição: ao mesmo tempo em que afirma não ter religião, é praticante assíduo.

Quanto à formação para ser professor de Ensino Religioso, a maioria dos docentes pesquisados não fez o curso do Fonaper ou qualquer outro de atualização de professores de Ensino Religioso. Fato que é agravado com a troca frequente das disciplinas a serem ministradas por cada professor. Há somente um professor efetivo e, para atender às escolas que não dispõem de um quadro de profissionais que supram suas necessidades, ocasionando frequentes mudanças.

Por isso, mesmo havendo encontros bimestrais para formar educadores de Ensino Religioso, essas trocas se somam a outros problemas existentes na área da educação como um todo, tornando-se uma ocorrência complicadora e dificultando a ação da Coordenação do Ensino Religioso na Paraíba. Os encontros bimestrais são realizados na primeira terça-feira, dia da grande feira de Itabaiana, data que facilita a disponibilidade de transporte para o deslocamento dos professores das cidades que pertencem a esta RE e das escolas pesquisadas, situadas nas áreas rurais.

Na fala dos professores percebe-se uma preocupação em introduzir os conteúdos da forma como regem os princípios da disciplina conforme revela o quadro a seguir:

Quadro 02: Como devem ser as aulas de Ensino Religioso?

Com diálogo e dinamismo para tornar prazeroso	01
Dinâmico porque os discentes não gostam	01
Dinâmico centralizando Deus na vida	01
Dinâmico	01
Sem proselitismo	01
Sem discriminação e com muito respeito	01

Fonte: Pesquisa de campo, 2010/2011.

Ao questionarmos os profissionais a respeito da forma como deveriam ser ministradas as aulas de ER obtivemos as seguintes respostas:

Primeiramente deve haver um amplo diálogo, o professor tem que sempre dinamizar o conteúdo lecionado, levando para um entendimento mais prazeroso (EGN).

De forma dinâmica, pois na maioria das vezes os discentes não ‘gostam’ dos conteúdos abordados (MJC).

Sem proselitismo (WAV).

Dinâmicas, sempre centralizando Deus e na vida (JMS).

Deve ser de forma que os alunos não discriminem nem um tipo de religião e sim respeitem todas (MJA).

Nota-se que a palavra dinâmica está bastante presente nas falas dos professores. Aparece também a preocupação com o respeito a todas as religiões e com o proselitismo. No entanto, a pessoa que demonstrou preocupação com o proselitismo nas aulas de ER foi a mesma que havia afirmado anteriormente que o Cristianismo é a única religião verdadeira. Outro fator lembrado foi o desinteresse dos alunos pela disciplina.

No quadro a seguir são apresentadas as respostas dos professores sobre as dinâmicas utilizadas nas aulas de Ensino Religioso:

Quadro 03 - Como você dá aula de Ensino Religioso?

Aula expositiva sobre os temas	02
Com diálogo	02
Debate e pesquisa	02
Abordando temas de interesse dos alunos	01
De forma acessível	01
Desenvolvendo atividades dentro dos temas	01

Fonte: Pesquisa de campo, 2010/2011.

Também questionamos os professores a respeito da forma como eles ministravam as aulas. EGN disse que nas aulas partia sempre de “um breve diálogo informal relacionado ao

tema”. A seguir, fazia uma explanação e propunha um trabalho ou uma pesquisa. Isso demonstra o quanto a formação se faz necessária ao profissional dessa disciplina. LMA responde: “Abordando temas de interesse dos alunos”. Já MJC também mencionou os diálogos e debates sobre as temáticas e WAV desenvolve suas aulas “de forma expositiva e prática”. Os demais deram respostas genéricas. Sobre a forma de enriquecer as aulas foi citado o uso de gravuras, música, uso de textos variados, reportagens de revistas, atividades lúdicas, pesquisas em jornais e internet e uso de vídeos.

Analisando esses critérios para seleção dos temas, percebe-se que falta um direcionamento, que cada um escolhe segundo sua visão, e não pelos conteúdos criados para cada série, ficando livre apenas a forma de vivenciá-los, conforme observamos no Quadro 04:

Quadro 04 – Que critérios você usa para a escolha dos temas?

Olha as necessidades e a realidade da turma	02
Observa as atitudes dos alunos	01
Observa os tipos de religião	01
Usa a apostila da Comissão do Ensino Religioso – SEEC-PB	01
Usa textos, gravuras	01

Fonte: Pesquisa de campo, 2010/2011.

Quanto aos critérios usados para a seleção dos temas, sente-se uma preocupação “com a realidade de cada turma” (EGN e MJC), “com as necessidades do momento” (JMS) e também em escolher um tema “que venha satisfazer a toda minha clientela” porque observa que “na sala existem vários tipos de religião” (LMA). Somente WAV mencionou “uma apostilha da Comissão de Ensino Religioso – SEC/PB” como guia para a escolha dos conteúdos para trabalhar em sala de aula.

Quadro 05 – Dificuldades dos professores no Ensino Religioso

Resistência dos alunos	06
ER é facultativo e não reprova	06
Falta de material de apoio, a não ser as apostilas	06
Troca constante de professores	06
Os professores não veem como área de conhecimento	06
O diretor coloca a aula nos últimos horários	06
Reuniões são marcadas no horário das aulas de ER	06
Acesso à formação continuada	06
Os próprios condicionamentos religiosos	06

Fonte: Pesquisa de campo, 2010/2011.

Durante a pesquisa registramos várias falas dos professores no diário de campo e em uma delas eles relatam que há desvalorização da disciplina por não ser de caráter obrigatório,

e assim não reprovar. Outras queixas registradas são que as aulas de ER são geralmente colocadas no último horário, reuniões são marcadas muitas vezes no horário das aulas e os alunos são dispensados. Enfim, alguns diretores e professores não veem com seriedade a disciplina, que tem como objetivo contribuir para a formação integral do cidadão.

Os educadores disseram possuir material de apoio, mesmo que sejam somente “algumas apostilhas” (MJA). Relatam ainda as dificuldades de se conseguir esse tipo de material, como é o caso de EGN que diz que mesmo que “os governantes não nos forneçam o material do Ensino Religioso, me responsabilizo em correr atrás por mim próprio, para que as minhas aulas sejam bem exploradas e prazerosas”.

Entre as dificuldades que os educadores enfrentam, podemos destacar a do acesso ao material básico necessário para o desempenho de sua tarefa. Essa dificuldade vem se somar aos grandes desafios com que se depara no seu cotidiano escolar: a necessidade de conviver com o pluralismo religioso; a falta de formação específica e a diversidade religiosa na sala de aula.

Em meio a essa problemática, um fato que observamos durante as conversas com os professores sujeitos da pesquisa é que todos comungam com o ideal da defesa da vida em suas múltiplas manifestações. O cristianismo se dedica à defesa da vida, o que explica essa concordância entre todos.

Percebemos, ainda, que as dificuldades enfrentadas pelos professores de ER, tanto na zona urbana quanto na rural, são semelhantes. Eles carecem de material de apoio para desenvolver plenamente suas aulas, enfrentam resistências por parte dos alunos e têm dificuldade de se dissociar dos seus próprios condicionamentos religiosos. No meio rural existe ainda uma dificuldade maior de acesso à formação continuada, realidade diferente dos professores da Grande João Pessoa, por oferecer maiores possibilidades, tanto na rede estadual quanto na rede municipal, que ofertam a formação na universidade em cursos de graduação, especialização e mestrado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este olhar sobre as escolas pesquisadas não foi para fazer julgamentos, nem priorizar uma prática de ensino em detrimento de outra, mas para apresentar dentro do possível a realidade do Ensino Religioso nas Escolas Estaduais de Salgado de São Félix-PB.

O Ensino Religioso na escola pública é um espaço de discussão e aprendizado de um universo delimitado de crenças, visto ser a escola pública um espaço de socialização onde convivem diversas formas de cultura.

A falta de formação dos professores de Ensino Religioso nas escolas observadas reflete-se sobre o seu perfil, o que deixa margem para a continuação do exercício do proselitismo, impossibilitando de assegurar o respeito necessário à diversidade religiosa do aluno. O que se observa na prática é a condução das aulas voltadas para a vivência do professor, fugindo totalmente da proposta do Ensino Religioso.

Constata-se uma fragmentação da formação. Para ministrar essa disciplina o ideal seria que os professores fossem graduados em Ciência(s) da(s) Religião(ões), para que, munidos do conhecimento sobre os conteúdos a serem repassados para os alunos, os profissionais pudessem exercer seu papel adequadamente. Outros fatores que influenciam são a ausência de encontros direcionados para a formação continuada e as frequentes substituições dos profissionais. Todos esses fatores contribuem para a persistência de certos modelos catequéticos e/ou teológicos na maneira de ministrar o Ensino Religioso.

O estudo revelou que para melhorar o desempenho dos professores de ER, em curto prazo, é preciso abolir as substituições, investir em capacitações específicas, incentivando-os a ler, a adquirir conhecimento, favorecendo práticas de respeito e diálogo, dando-lhes competências para enfrentar o desafio de contribuir para a formação do cidadão, cooperando assim na formação integral do ser humano.

Dessa forma é possível separar a educação da religiosidade e a educação do cidadão, e assim aprimorar os conceitos de cidadania e humanização do estudante, por meio do conhecimento da religiosidade, do sagrado e dos valores éticos comuns às várias tradições religiosas.

Sabe-se que não é fácil neutralizar conceitos, muitas vezes arraigados nas convicções religiosas. E onde subsistem tradições, há uma grande barreira a ser transposta. Constata-se que não é mais possível seguir o modelo catequético, teológico, que obedecia aos interesses políticos das igrejas e dos gestores públicos dos séculos passados. Somente a formação adequada do professor poderá substituir as experiências dos modelos antigos, tornando-os aptos a ministrar uma educação cidadã e inclusiva, pautada nas leis e princípios da humanidade.

A pesquisa aponta que é urgente a necessidade de que os docentes aceitem o desafio de aprofundar o conhecimento religioso. É preciso entender que as instituições religiosas continuarão buscando seguidores, porém cabe à escola o papel de ser agente crítico, estudando, refletindo e dialogando com as pessoas, com as instituições e com a cultura, construindo uma vida cidadã. Nesse processo, o Ensino Religioso tem um papel fundamental, pois, leva o aluno a refletir que é capaz de ressignificar a sua vida e o seu destino.

É fundamental que o educador se perceba como um ser religioso para dialogar com os outros e assim respeitar a diversidade humana no processo educativo. Na educação integral é também fundamental a formação de educadores mais espiritualizados e conscientes de sua religiosidade, de sua fé, pois, quanto mais evoluído o ser humano, melhor será o mundo e melhor ainda será a educação.

Apesar da “suposta” separação oficial entre Igreja e Estado, infelizmente nos deparamos com relações existentes entre essas duas esferas no ambiente escolar e decorre daí o caráter facultativo da disciplina, a falta de critérios comuns à formação de professores nessa área e a não realização de concursos públicos.

Estes são dados que merecem ser analisados, bem como suas implicações para o conjunto da escola, para a formação integral de crianças e jovens e para a categoria profissional, num cenário de pluralismo cultural e religioso, e que deveriam nos empenhar, educadores e especialistas da área, na tarefa comum de trabalhar na perspectiva do modelo inter-religioso, que acredito ser o mais inclusivo, o que se coaduna com a finalidade última da escola pública, aberta a religiosos e não religiosos. Para isto contribui também a necessária “distância” entre a vivência religiosa do docente e sua prática educativa.

Diante disso podemos indagar: Que contribuição esta pesquisa me trouxe enquanto educador(a)? Que pistas este trabalho fornece para ajudar a incrementar a Formação Permanente dos educadores da área? Destaco os seguintes aportes:

- Foram inevitáveis as referências às condições desfavoráveis de trabalho na escola pública para os professores, a pouca valorização da disciplina e do profissional na área de Ensino Religioso, o que torna oportunas as perguntas colocadas, dentro de outros campos do conhecimento, pela Filosofia da Educação: O que é educação? Para que serve? A quem ela serve? Qual é a nossa causa como educadores? Pensar o Ensino Religioso em meio aos desafios identificados nesta pesquisa é pensar o lugar da escola na sociedade.
- O Ensino Religioso requer um corpo de conhecimentos específicos e de competências que pedem um especialista. Além desse referencial teórico, seria ideal que houvesse

também afinidade, sensibilidade, abertura para com os temas ligados ao sentido da existência humana, o papel do indivíduo na sociedade, religiosidade e religiões. Acredito que uma vivência religiosa que seja efetivamente referência para as diversas dimensões da vida do indivíduo e que valorize o diálogo inter-religioso favoreceria sobremaneira o cultivo dessas disposições. Essas “competências” não se improvisam. Horas de estudos e cursos de capacitação não garantem que o indivíduo as tenha incorporado ao final do processo, se ainda não as traz consigo. Constituem um modo de ser no mundo, de viver, de enxergar a vida e de reconhecer a legitimidade de toda e qualquer experiência humana que construa fraternidade.

- Como dar o devido acompanhamento a quem está tendo contato pela primeira vez com a proposta da disciplina e nunca entrou numa sala de aula? E junto àquele que, já com tantos anos de magistério em outra área, chega para se capacitar em Ensino Religioso, a fim de garantir sua permanência? E quanto àquele professor que já está compromissado com o Ensino Religioso, tem amor pela disciplina, mas a entende e pratica a seu modo? Seria possível garantir uma formação sólida, competente e mais personalizada? Como fazê-lo?
- Durante a Formação Permanente, seria importante se pudéssemos considerar como conteúdo a ser refletido: a experiência de vida desses professores, sobretudo no campo educacional, no que ela tem de saberes práticos, possibilidades e limites, tendo em vista sua avaliação e sistematização. O profissional da educação tem um compromisso com a sua autoformação, ao mesmo tempo em que deve manter viva a reflexão sobre as finalidades do teorizar e atuar nesse mesmo campo.

Para viver esse sonho é necessário empenho. Esperamos que esta pesquisa seja uma contribuição aos professores do Ensino Religioso, de modo que desperte nos educandos a capacidade de gerar valores de alteridade, amor ao próximo, exercício que leva o ser a formar-se integralmente na escola, na família e na sociedade.

No nosso olhar sobre as escolas estaduais de Salgado de São Félix ficou a certeza de que temos grandes sonhos de se ter uma educação de qualidade e de que a disciplina ER poderá contribuir de forma significativa na construção de uma sociedade, em que os valores humanos sejam cultivados no exercício de vivência diária onde a vida não seja banalizada, trocada por vícios, e desde cedo se conheça o direito de ser pessoa consciente e responsável.

A escola que é a extensão da família precisa ser mais formativa do que conteudista e o Ensino Religioso tem primazia nessa formação para o fim a que se destina, bastando para isso criar meios que levem à sua plena efetivação.

A educação como processo dinâmico e harmônico é tarefa da escola, superando crises, refletindo, levando em conta que a didática do Ensino Religioso não se constrói apenas com técnicas, mas buscando as razões históricas, socializando conhecimentos, situando-se no contexto social dos alunos, cultivando valores, despertando para o sentido da existência.

Que os envolvidos nesse processo não meçam esforços na busca de ações de aprofundamento da consciência crítica e de valorização da cultura, da cidadania, através de uma educação humanizadora onde todos se sintam protagonistas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cleide Rita S. et al. **O humano, lugar do sagrado**. 2. ed. São Paulo: Olho D'água, 1995.

ALVES, M. L. A política de capacitação. SEE/FDE. **Caderno CEDES**, Campinas, n.36, p. 57-64, 1995.

ALVES, Rubem. **O que é Religião**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BARCELLOS, Lusival Antonio. **As práticas educativo-religiosas dos índios Potiguara da Paraíba**. 2005. 310 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

BÍBLIA SAGRADA – Edição Pastoral, São Paulo: Ed. Paulus, 1990.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela Terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOMBASSARO, Luiz Carlos. **As fronteiras da epistemologia: como se produz conhecimento**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. **Lei nº 9.394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.475/97**. Brasília. Disponível em: <www.Planalto.gov.br>. CCIVIL_03/ LEIS / L9475.htm>. Acesso em: 04 jul. 2007.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Ministério da Educação. **Referenciais para a Formação de Professores**. Brasília, DF: SEF/MEC, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CAMPBELL, Joseph. **O Poder do Mito**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

CARNIATO, Maria Inês. Superar temores e construir sonhos. **Revista Diálogo**, Petrópolis, ano 8, n. 31, 2003.

CARON, Lurdes (Org.). **O ensino religioso na nova LDB**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil**. Coimbra: Almedina, 2006.

CHALLAY, F. **As Grandes Religiões**. São Paulo: Ibrasa, 1981.

CORTELLA, Mário Sérgio. Educação, Ensino Religioso e formação docente. In: SENA, Luzia (Org.). **Ensino religioso e formação docente: ciências da religião e ensino religioso em diálogo**. São Paulo: Paulinas, 2006.

CROATTO, J. S. **As Linguagens da Experiência Religiosa** - uma introdução à fenomenologia da religião. Trad. de C. M. V. Gutiérrez. São Paulo: Paulinas, 2001.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

DICKIE, Maria Amélia Schmidt et al. O ensino religioso e a interpretação da lei. In: JORNADAS SOBRE ALTERNATIVAS RELIGIOSAS NA AMÉRICA LATINA, 12, 2005, Porto Alegre. **Anais..** Porto Alegre: PUCRS, 2005. p. 23-42.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulus, 2004.

ELIADE, Mircea. **Mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1990.

_____. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **Sagrado e Profano: Essências das Religiões**. São Paulo: Vozes, 2001.

FILORANO, Giovanni; PRANDI, Carlos. **As ciências das religiões**. São Paulo: Paulus, 2003.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE ENSINO RELIGIOSO. **Ensino Religioso: capacitação para um novo milênio**. Santa Catarina: Ed. Eletrônica, 2000. v. 10.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais do ensino religioso**. 8. ed. São Paulo: Ave Maria, 1998.

FRANCISCO, M^a Amélia S. Saberes Pedagógicos e Prática Docente. In: SILVA, M^a Monteiro et al. **Educação formal e não formal, processos formativos, saberes pedagógicos: desafios para inclusão social**. Recife: Endipe, 2006.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Paz e Terra).

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

FREITAS, A. S. **Os Desafios da Formação de Professores no Século XXI**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GADOTTI, Moacir et al. (Org.). **Educação popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez, 1994.

GAMBOA, Silvio Sánchez (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

GRAYLING, Anthony. C. **A Epistemologia**. Londres: Birkbeck College, Oxford. Blackwell Publishers Ltd, 1996.

GUIMARÃES, Arthur. **Ensino Religioso: lição de tolerância**. Disponível em: <www.novaescola.com.br>. Acesso em: 16 nov. 2003.

HOLANDA, Ângela M^a Ribeiro. Diretrizes Curriculares de Formação de Professores do Ensino Religioso no Brasil: identidade e fundamentos. In: SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO DOCENTE EM ENSINO RELIGIOSO, 10, 2008, Brasília. **Anais..** Brasília, 2008.

IRMÃO Marista. O desenvolvimento da experiência religiosa. **Revista Diálogo**, Petrópolis: Vozes, v. 25, n. 8, 1995.

JUNQUEIRA, S. R. Azevedo. **O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

KLEIN, Remi. Ensino Religioso: Um olhar prospectivo sobre a formação de professores. In: BRANDENBURG, Laude Erandi et al. (Org.). **Ensino Religioso nas escolas: bases, experiências e desafios**. São Leopoldo: Oikos, 2005, p. 48-54.

KUHN, Ademildo. **O ensino religioso como parte elementar da formação integral**. Disponível em: <www.france.org.br>. Acesso em: 20 set. 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério. 2º grau. Série formação de professor).

MENESES, J. G. de C. et al. **Estrutura e funcionamento da educação básica** (Org.). São Paulo: Pioneira, 1998.

MOOG, Ana Maria Rodrigues. **A igreja na república**. Brasília: UnB, 1981.

MORENO, Montserrat. **Temas transversais em educação**. São Paulo: Ática, 1997.

MORIN, Edgar. **A religião dos saberes**. Tradução e notas de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

OLIVEIRA, Lilian Blanck. Ensino Religioso e formação docente: tempos, espaços e lugares em Santa Catarina. In: OLIVEIRA, Lilian Blanck; RISKE-KOCH, Simone; WICKERT, Tarcísio Alfonso (Org.). **Formação de docentes e Ensino Religioso no Brasil: tempos, espaços, lugares**. Blumenau: Edifurb, 2008.

PARAÍBA, Secretaria de Educação. **Princípios norteadores para o Ensino Religioso na Paraíba**. João Pessoa, 1995.

PASSOS, João Décio. **A legitimidade da teologia na universidade**: do político ao acadêmico. São Paulo: Umesp, 2004. (Estudos de religião).

_____. **Ensino religioso**: uma proposta em construção. São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção temas do Ensino Religioso).

PAULY, Edvaldo Luis. **Ética, educação e cidadania**: questões de fundamentação teológica e filosófica da ética na educação. São Paulo: Sinodal, 2002.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Hélio. **Como fazer pesquisa de opinião na escola**. Disponível em: <www.pesquisaquantitativa.com.br>. Acesso em: 15 abr. 2006.

SCHLOGL, Emerli. **Não basta abrir só as janelas**: o simbólico na formação do professor. 2005. 225 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2005.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1980.

SENA, Luzia (Org.). **Ensino Religioso e formação docente**: ciências da religião e ensino religioso em diálogo. São Paulo: Paulinas, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1998.

RAMOS, Natália. **Psicologia Clínica e da Saúde**. Lisboa: Universidade Aberta, 2004.

SILVA, Gracieleide Alves de. **O Ensino Religioso na Paraíba**: desafios na formação docente e no contexto educacional. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Centro de Educação, UFPB, João Pessoa, 2009.

TEIXEIRA, Faustino. Ciências da Religião e “ensino religioso”. In: SENA, Luzia (Org.). **Ensino religioso e formação docente**: ciências da religião e ensino religioso em diálogo. São Paulo: Paulinas, 2006.

TILLICH, Paul. **Teologia sistemática**. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

VILHENA, Maria Angela. **Ritos**: expressões e propriedades. São Paulo: Paulinas, 2005.

WAGNER, Raul (Org.). **O Ensino Religioso no Brasil**. Curitiba: Champagnat, 2004.

WEBER, Max. **A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

ZIMMERMANN, Pe. Roque. **Ensino Religioso**: uma grande mudança. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998. (Documento n. 46).